



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,  
REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021**

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, através de videoconferência, ao abrigo do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na versão atualizada, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----
- 2. Contrato de concessão de exploração e gestão em regime de concessão de serviço de lugares e parques de estacionamento pago na Vila de Sesimbra – 2ª Modificação objetiva do contrato – Reposição do equilíbrio financeiro;**-----
- 3. Contratação de empréstimo a curto prazo até ao montante de 2 milhões de euros – condições contratuais;**-----
- 4. Atribuição do Prémio Espichel 2021.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cabela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Pedro Miguel dos Santos Mesquita, João Filipe Paulo Pólvora, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, Bertina Pereira João Duarte, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa;-----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia,

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva e Francisco José Pereira Luis.-----

-----Justificou em seguida a ausência do Deputado Sérgio Faias por razões de ordem familiar, tendo sido substituído pelo Deputado Afonso Pessoa.-----

-----Devido a dificuldades técnicas durante a Sessão (falha da Internet dos diversos intervenientes na Sessão) , não foi possível transcrever parte das intervenções.-----

-----**A Presidente da AMS** cumprimentou todos os presentes e agradeceu o apoio prestado pelos Técnicos da Autarquia na realização desta sessão, que iria decorrer sob a forma de videoconferência, que tal como era sabido, estava preconizada na Lei que definia um conjunto de regras neste período de confinamento, entre as quais, a necessidade de que as sessões de carácter deliberativo pudessem decorrer como um modelo. Disse ser um modelo diferente e solicitou a compreensão de todos para eventuais situações de lapso que pudessem ocorrer durante esta mesma sessão. Disse que esta sessão tinha sido inicialmente apreciada com os colegas da Comissão de Líderes no sentido de se programar a sua metodologia de trabalho. Cumprimentou ainda os munícipes que apesar de não estarem a assistir em direto a esta sessão, o fariam na segunda-feira, após a publicitação no *youtube* na próxima segunda-feira, até porque também haveria a participação do público nesta sessão. A Presidente disse que a Mesa da AMS, a funcionária do Serviço de Apoio da Assembleia Municipal e os colegas do Cineteatro se encontravam nas instalações do Auditório Conde de Ferreira e apelou para que as intervenções dos eleitos pudessem ser sucintas, uma vez que a apreciação da Atividade Municipal englobava diversas questões ao Executivo, o que resultaria, no máximo em duas horas.-----

-----De seguida, foi deliberado, por **unanimidade**, dividir a presente sessão ordinária em 2 reuniões sendo a 2.ª reunião realizada no dia **1 de março de 2021, pelas 21h00, por videoconferência**;-----

-----Foi também deliberado, por **unanimidade**, alterar a organização do Período da Ordem do Dia e distribuição dos pontos pelas 2 reuniões, tendo ficado da seguinte forma:-----

-----Primeira reunião:-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----1. Contrato de concessão de exploração e gestão em regime de concessão de serviço de lugares e parques de estacionamento pago na Vila de Sesimbra – 2ª Modificação objetiva do contrato – Reposição do equilíbrio financeiro;-----

-----2. Contratação de empréstimo a curto prazo até ao montante de 2 milhões de euros – condições contratuais.-----

-----Segunda reunião:-----

-----4. Apreciação da Atividade Municipal;-----

-----5. Atribuição do Prémio Espichel 2021.-----

-----A Presidente informou ainda que no passado dia 25 de janeiro, a CMS havia aprovado um Plano de Emergência económico-social, no âmbito do Covid-19 que apresentava um conjunto de medidas excepcionais de apoio. Referiu que as mesmas já eram do conhecimento de todos e que faziam parte daquilo que era o estipulado na Lei e que deviam ser informadas no decurso de uma reunião da Assembleia Municipal, independentemente da necessidade de depois haver uma pormenorização.-----

-----Disse depois que de acordo com conversa prévia com a Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, e dadas as características desta reunião, cada bancada iria apresentar apenas um documento no PAOD, à exceção da Saudação ao Dia Internacional da Mulher, presente como o primeiro a ser apresentado.-----

-----Disse ainda ser importante dizer que tinha havido um esforço coletivo de todos os Líderes de Bancada, em função dos documentos entregues dentro do prazo, no sentido de não só terem aceite as sugestões como também terem uma decisão final para que hoje não fosse acrescida essa preocupação de ainda se fazer acertos de redação relativamente aos diversos documentos.-----

-----Referiu ainda que não tinha sido possível concluir todos os documentos e que se iria ter alguns apontamentos para se fazer acertos relativamente á respetiva redação.-----

-----Prosseguindo os trabalhos, a Presidente da AMS apresentou o primeiro documento do PAOD, a **Saudação ao Dia Internacional da Mulher**, que a seguir se transcreve:-----

-----“O Dia da Mulher surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX nos Estados Unidos e na Europa, no contexto das lutas feministas, e foi instituído em 1910 por proposta da revolucionária alemã Clara Zetkin, dando origem a manifestações em vários países, reivindicando direitos e melhores condições de vida, e pelo direito ao voto.-----

-----O Ano Internacional da Mulher foi designado pela ONU em 1975, tendo o dia 08 de março sido adotado, com a finalidade de lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres.-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Dia Internacional da Mulher permanece como símbolo de luta, emancipação e afirmação da mulher, fundamental para homenagear as mulheres que, antes de nós, lutaram pela liberdade, pela igualdade, conquista dos seus direitos e contra a discriminação.-----

-----O nosso concelho tem uma longa tradição de luta pelos direitos das mulheres. Comemorar é lutar, é resistir, é revitalizar e revigorar energias. -----

-----Nesse sentido, e no ano atravessado por uma pandemia que arrasta consigo uma crise sanitária de repercussões sociais e económicas já visíveis e de incertezas futuras, são as mulheres que estão a ser as mais penalizadas e é consensual em vários estudos que as maiores dificuldades estão a ser vividas pelas mulheres.-----

-----Por ocasião do 8 de março de 2021, a Assembleia Municipal saúda as mulheres das mais variadas expressões culturais, económicas e sociais e etárias, e expressa a sua solidariedade com as mulheres que em Portugal e no mundo, lutam contra as consequências da pandemia nas suas vidas, contra as desigualdades, discriminações e violências, e dão voz às mulheres que se debatem pela igualdade, progresso e paz. -----

-----Com a pandemia agravaram-se dramaticamente as condições de vida das mulheres no trabalho e na família. Aumentou a precariedade e a perda de rendimentos. Muitas mulheres e famílias ficaram privadas de rendimento com o encerramento de milhares de micro e pequenas empresas, mas também perderam 1/3 do salário para ficar em casa a acompanhar os filhos devido ao encerramento das creches e escolas. -----

-----Com a pandemia são redobradas as exigências para as mulheres que vão trabalhar todos os dias, e para aquelas que estando em teletrabalho se confrontam com a impossibilidade de compatibilizar o trabalho e a assistência aos filhos e à família.-----

-----Neste quadro, todas sentem uma maior sobrecarga com a organização da vida familiar e doméstica e crescentes dificuldades para organizar o tempo de trabalho e descanso, com riscos para a sua própria saúde. - -----

-----Urge melhorar as condições de vida, de trabalho, de educação e de saúde. -----

-----É neste quadro de dificuldades que se torna fundamental manifestar a nossa solidariedade junto de todos aqueles e aquelas que têm estado em sobrecarga com a organização da vida familiar e doméstica e crescentes dificuldades para organizar o tempo de trabalho e descanso, com riscos para a sua própria saúde. - -----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Dai que não podemos deixar de expressar os aspetos que no momento têm sido mais gravosos e nos quais a mulher tem também estado no centro destas preocupações como é o caso da necessidade de reforçar o SNS e a premente necessidade de garantir respostas de prevenção da doença e da superação, da dignificação das suas carreiras profissionais. -----

-----Importa também expressar a nossa solidariedade às mulheres portuguesas que desempenham funções sociais, culturais e políticas que até ao momento ainda não sentiram que as suas prestações no ensino e no desporto, no emprego e nas empresas, nos sindicatos e na vida económica, e no trabalho em geral, sejam dignificadas as suas competências enquanto direitos e deveres sobre os quais nos devemos associar. -----

-----Certas e certos de que não podemos ignorar, as desigualdades que ainda persistem e porque os direitos das mulheres são direitos de todos nós, manifestamos desde já a nossa total solidariedade.-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua sessão ordinária do dia 26 de Fevereiro de 2021 delibera: -----

-----1. Saudar todas as mulheres e o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, pela luta pelos direitos das mulheres; -----

-----2. Saudar todos os homens e mulheres que lutam contra a violência doméstica, especialmente contra a violência nas mulheres e crianças; -----

----- 3. Saudar as manifestações das mulheres, que não obstante o difícil contexto que vive no país devido à pandemia por Covid\_19, continuam a lutar contra a discriminação e a desenvolver ações para a promoção da participação, a igualdade, a solidariedade e de paz. -----

-----Dar conhecimento a:-----

----- - Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----

----- Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias;-----

----- MDM - Movimento Democrático de Mulheres;-----

----- MSD – Mulheres Sociais Democratas; -----

----- DNMS - Departamento Nacional de Mulheres Socialistas; -----

----- UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta; -----

----- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego;-----

----- Câmara Municipal de Sesimbra; -----

----- Assembleias de Freguesia do concelho; -----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Juntas de Freguesia do concelho;*-----  
----- *Comunicação Social Local e Regional*-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro**, que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Saudação tinha todo o fundamento e que o MSU não poderia deixar de saudar todas as mulheres, em especial mulheres do concelho de Sesimbra. O Deputado expressou também a solidariedade para com as mulheres portuguesas com as dificuldades acrescidas que lhes estavam a ser sentidas neste período de pandemia, uma vez que era sabido que quem ficava com os filhos em casa, eram maioritariamente mulheres e isso representava a necessidade que as mesmas tinham em conjugar as obrigações resultantes do teletrabalho com a necessidade de dar atenção às crianças. Tal como também era sabido, eram também muito afetadas neste período, por não poderem estar na escola e era muito complicado conjugar estas duas realidades que cresciam às dificuldades de sempre, uma luta persistente e permanente pela igualdade, contra a discriminação no trabalho, nos vários setores da sociedade e mesmo na vida familiar. Referiu ainda que o flagelo da violência doméstica continuava a dominar a nossa sociedade e a ser algo que, infelizmente, estava bem presente e enraizado e que por todos estes motivos, este Dia Internacional da Mulher se justificava plenamente e era pena que algumas pessoas só pensassem nestes assuntos neste dia e não o fizessem no resto dos dias do ano.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Movimento das Mulheres ainda tinha conquistado poucos dos direitos que as mulheres tinham. Disse que a diferença horária entre homens e mulheres, relativamente ao pagamento pelo mesmo trabalho, continuava a ser abismal. Sobre a questão da violência doméstica, o Deputado disse que tinha começado a ser mais conhecida devido às formas de informação porque no fundo, sempre havia existido. Disse que as mulheres deviam ser reconhecidas no dia-a-dia, nos Sindicatos, nas Comissões de Trabalhadores e ainda a questão de haver um maior apoio psicológico quando sofriam de violência doméstica.-----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse que a bancada do PSD se congratulava com esta Saudação. Referiu que mais do que nunca, nos tempos de hoje, se entendia que a Mulher já era, e hoje com esta pandemia, estava cada vez mais a ser a mais violentada. Disse ser entendimento do PSD haver uma frase nesta Saudação que não se enquadrava com a mesma, não querendo dizer que não houvesse concordância com o reforço do Serviço Nacional de Saúde mas ainda assim, sugeriu a retirada da mesma.-----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso**, que cumprimentou todos os presentes e referiu que o Dia Internacional da Mulher era de extrema importância e não se trabalhava a condição e o papel de mulher apenas neste dia, pois era um papel trabalhado ao longo dos tempos e que a atual

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

situação da pandemia tinha trazido situações especiais e responsabilidades acrescidas para muitas mulheres, tendo em conta todo o contexto que se vivia e que em muitas situações, tinha agravado aquilo que já era muitas vezes a carga a que as mulheres se regravam no seu dia-a-dia entre as suas várias tarefas, não só o trabalho em si mas também nas suas tarefas domésticas. Disse que ao longo dos tempos, tinha havido uma crescente preocupação com estas questões e cada vez mais, se iam criando condições que traziam mais-valias, embora houvesse ainda um longo caminho a fazer e trabalhar as questões da igualdade do género e a questão salarial, fazendo sentido que este dia continuasse, não só a ser lembrado mas também a trazer a responsabilidade acrescida de refletir sobre este dia e acrescentar e continuar a trabalhar no sentido de haver uma maior equidade de se conseguir um maior equilíbrio no próprio papel da mulher na sociedade. A Deputada disse ainda que em toda a Margem Sul, havia um trabalho da mulher sempre muito presente, a todos os níveis e incluídas em algumas áreas onde noutras zonas do País, não estavam tão presentes e que um dos exemplos disso era a própria Presidente da Assembleia Municipal.

-----A **Presidente da AMS** perguntou ao líder de bancada da CDU se havia algum inconveniente em que a frase referida pelo Deputado Lobo da Silva fosse retirada do documento.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Valente**, que cumprimentou todos os presentes e saudou a Comissão de Líderes por este documento pelo trabalho de tentar chegar a um documento com o objetivo de obter alguma unanimidade e tentar encontrar um documento que, com algumas sugestões, se chegasse a um documento final. Relativamente à retirada da frase sugerida pelo Deputado Lobo da Silva, disse que a bancada da CDU não via qualquer inconveniente que a mesma fosse retirada. O Deputado chamou ainda a atenção para o Dia Internacional da Mulher e a forma como se tinha visto o reforço e a importância da mulher porque se tinha vindo a perceber, na atual situação de pandemia e face a este flagelo, que as mulheres eram autênticas heroínas.-----

-----Seguidamente, a **Deputada Andreina Cardoso** disse também não haver qualquer inconveniente em retirar a frase indicada pelo Deputado Lobo da Silva.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade e aclamação**, a Saudação ao **Dia Internacional da Mulher**, cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----

-----*“O Dia da Mulher surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX nos Estados Unidos e na Europa, no contexto das lutas feministas, e foi instituído em 1910 por proposta da revolucionária alemã Clara Zetkin, dando origem a manifestações em vários países, reivindicando direitos e melhores condições de vida, e pelo direito ao voto.*-----

-----*O Ano Internacional da Mulher foi designado pela ONU em 1975, tendo o dia 08 de março sido*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*adotado, com a finalidade de lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres. -----*

*-----O Dia Internacional da Mulher permanece como símbolo de luta, emancipação e afirmação da mulher, fundamental para homenagear as mulheres que, antes de nós, lutaram pela liberdade, pela igualdade, conquista dos seus direitos e contra a discriminação.-----*

*-----O nosso concelho tem uma longa tradição de luta pelos direitos das mulheres. Comemorar é lutar, é resistir, é revitalizar e revigorar energias. -----*

*-----Nesse sentido, e no ano atravessado por uma pandemia que arrasta consigo uma crise sanitária de repercussões sociais e económicas já visíveis e de incertezas futuras, são as mulheres que estão a ser as mais penalizadas e é consensual em vários estudos que as maiores dificuldades estão a ser vividas pelas mulheres.-----*

*-----Por ocasião do 8 de março de 2021, a Assembleia Municipal saúda as mulheres das mais variadas expressões culturais, económicas e sociais e etárias, e expressa a sua solidariedade com as mulheres que em Portugal e no mundo, lutam contra as consequências da pandemia nas suas vidas, contra as desigualdades, discriminações e violências, e dão voz às mulheres que se debatem pela igualdade, progresso e paz. -----*

*-----Com a pandemia agravaram-se dramaticamente as condições de vida das mulheres no trabalho e na família. Aumentou a precariedade e a perda de rendimentos. Muitas mulheres e famílias ficaram privadas de rendimento com o encerramento de milhares de micro e pequenas empresas, mas também perderam 1/3 do salário para ficar em casa a acompanhar os filhos devido ao encerramento das creches e escolas. Com a pandemia são redobradas as exigências para as mulheres que vão trabalhar todos os dias, e para aquelas que estando em teletrabalho se confrontam com a impossibilidade de compatibilizar o trabalho e a assistência aos filhos e à família.-----*

*-----Neste quadro, todas sentem uma maior sobrecarga com a organização da vida familiar e doméstica e crescentes dificuldades para organizar o tempo de trabalho e descanso, com riscos para a sua própria saúde. -Urge melhorar as condições de vida, de trabalho, de educação e de saúde. -----*

*-----É neste quadro de dificuldades que se torna fundamental manifestar a nossa solidariedade junto de todos aqueles e aquelas que têm estado em sobrecarga com a organização da vida familiar e doméstica e crescentes dificuldades para organizar o tempo de trabalho e descanso, com riscos para a sua própria saúde. -Daí que não podemos deixar de expressar os aspetos que no momento têm sido mais gravosos e nos quais a mulher tem também estado no centro destas preocupações.-----*

*-----Importa também expressar a nossa solidariedade às mulheres portuguesas que desempenham*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

*funções sociais, culturais e políticas que até ao momento ainda não sentiram que as suas prestações no ensino e no desporto, no emprego e nas empresas, nos sindicatos e na vida económica, e no trabalho em geral, sejam dignificadas as suas competências enquanto direitos e deveres sobre os quais nos devemos associar.* -----

*-----Certas e certos de que não podemos ignorar, as desigualdades que ainda persistem e porque os direitos das mulheres são direitos de todos nós, manifestamos desde já a nossa total solidariedade.-----*

*-----A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua sessão ordinária do dia 26 de Fevereiro de 2021 delibera:-----*

*-----1. Saudar todas as mulheres e o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, pela luta pelos direitos das mulheres;-----*

*-----2. Saudar todos os homens e mulheres que lutam contra a violência doméstica, especialmente contra a violência nas mulheres e crianças;-----*

*-----3. Saudar as manifestações das mulheres, que não obstante o difícil contexto que vive no país devido à pandemia por Covid\_19, continuam a lutar contra a discriminação e a desenvolver ações para a promoção da participação, a igualdade, a solidariedade e de paz.-----*

*-----Dar conhecimento a-----*  
*-----Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias; MDM - Movimento Democrático de Mulheres; MSD – Mulheres Sociais Democratas; DNMS - Departamento Nacional de Mulheres Socialistas; UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta; Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; Câmara Municipal de Sesimbra; Assembleias de freguesia do concelho; Juntas de freguesia do concelho; Comunicação Social Local e Regional.”-----*

*-----Foi cedida a palavra à **Deputada Bertina Duarte** que cumprimentou todos os presentes e procedeu à leitura da **Saudação** subordinada ao tema: “**Reconhecimento aos Trabalhadores e Dirigentes das IPSS do Concelho de Sesimbra**”, que a seguir se transcreve:-----*

*-----“As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm particular relevância no apoio social à população. A proximidade e conhecimento aprofundado das realidades locais e das dificuldades vivenciadas em cada segmento do nosso território, tornam estas instituições parceiros essenciais na ligação às pessoas, no diagnóstico das carências conjunturais a que se encontram sujeitas e na implementação das medidas de proteção e apoio à superação dessas dificuldades.-----*

*-----O surgimento da pandemia COVID-19, no início de 2020, desencadeou uma crise sanitária sem*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*precedentes, que tem levado à implementação de medidas excecionais para a contenção de contágios e à necessidade de atuar de forma firme e determinada na proteção das pessoas, particularmente das mais vulneráveis e pertencentes a grupos de maior risco de desenvolver a doença, dos quais se destacam as pessoas de idade mais avançada ou com algum tipo de insuficiência cognitiva. -----*

*-----Face a esta realidade, os trabalhadores e dirigentes das IPSS de todo o país, e também do concelho de Sesimbra, viram-se obrigados a implementar alterações nos seus habituais modos de funcionamento e de acompanhamento dos utentes que se encontram ao seu cuidado e no apoio às respetivas famílias. ----*

*-----A implementação dessas mudanças, que visam essencialmente interromper as potencias cadeias de contágio, implicam superação diária, sacrifício pessoal e familiar desses trabalhadores e dirigentes, a qual emergiu de forma voluntária e abnegada, num espírito solidário que merece ser reconhecido e saudado.-----*

*-----Reconhecendo que o respeito e a proteção da vida humana não tem preço, e que em condições extraordinárias como as que vivemos, cada um de nós deve estar disposto a partilhar com o seu próximo aquilo que tem de melhor, constata-se que esse tem sido o espírito na generalidade das IPSS do concelho de Sesimbra.-----*

*-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra vem por este meio saudar e manifestar todo o seu apoio e solidariedade aos trabalhadores e dirigentes das IPSS do Concelho de Sesimbra, pela forma abnegada e heroica como, durante este período de pandemia COVID-19, tudo têm feito na defesa do bem-estar dos seus utentes.-----*

*-----Da presente Saudação, após aprovada, deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Sesimbra, juntas de freguesia do concelho, instituições particulares de solidariedade social, órgãos de comunicação social local e regional.”-----*

*-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que, em tempo oportuno, a CDU havia sugerido ao Grupo Municipal do PS, algumas alterações a esta Moção porque existiam muitas IPSS com várias valências, tendo estas sugestões sido o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e também de muitos voluntários, gerando uma onda de solidariedade que, ainda antes do Governo, tinham dado apoio a Instituições e famílias. Referiu que a maioria das IPSS estava na linha da frente com um serviço essencial e de proximidade que com a pandemia, tinham tido de adaptar-se, respondendo à altura, em que funcionários e colaboradores tinham sido incansáveis.-----*

*-----A Deputada informou que o sentido de voto da bancada da CDU em relação à presente Saudação*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

seria favorável.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que se estava perante mais uma Saudação com todo o fundamento. Referiu que todos os trabalhadores e dirigentes das IPSS`s do Concelho em particular, estavam na linha da frente no apoio às pessoas mais desfavorecidas e fragilizadas, nomeadamente utentes que se encontravam institucionalizados longe das suas famílias e numa altura em que a pandemia tinha as consequências que todos conheciam, estando estas pessoas longe dos familiares, necessitavam não apenas do cuidado normal que era prestado nestas Instituições mas também de um apoio quase familiar porque na maior parte das vezes não podiam receber a visita dos familiares, sendo o trabalho dos funcionários e voluntários mais bem delineado e mais exigente. Disse ainda que com todos os riscos que isto implicava para a sua saúde, convinha dizer que o trabalho desenvolvido em prol da proteção e do bem-estar dos mais fragilizados e da contenção da pandemia que tinha sido um exemplo de dedicação, solidariedade e sacrifício, quer pessoal, quer profissional, o MSU subscrevia esta Saudação na medida em que entendia que era necessário reconhecer o mérito destas pessoas. -----

-----Interveio o **Deputado João Valente** que disse que esta era a prova de que as IPSS`s muitas vezes esquecidas, provaram numa altura tão importante como esta e que o próprio Governo lhes havia passado a dar a merecida importância e que, nem todas eram iguais e que os seus dirigentes não trabalhavam todos da mesma forma. O Deputado salientou que era prestado um apoio bastante importante à comunidade e disse ainda que estava a ser cada vez mais difícil chegar a algumas franjas da população, primeiro porque tinha de se utilizar proteção individual que era cada vez mais cara, que rondaria os 10€ por cada utilização para entrar em cada uma das casas dos utentes, uma vez e cada vez mais, estas Associações tinham de se deslocar para realizar o seu serviço, sem ter qualquer benefício e que tinham sido os trabalhadores a assegurar a “linha da frente”. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse não ter condições para continuar a participar nesta Assembleia Municipal por não ter reunidas as condições técnicas para o fazer.-----

-----A **Presidente da AMS** disse que se iria tentar resolver a situação com a colega do Gabinete da Informática para que o Deputado pudesse continuar a sua participação.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Pedro Mesquita** que agradeceu a união de todas as bancadas na avaliação desta Saudação apresentada pela bancada do PS. Disse que numa oportunidade anterior, o PS tinha demonstrado o seu apoio e apreço pelo trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e a própria Proteção Civil relativamente ao Covid e ainda o trabalho da Ação Social que não tinha sido incluídos nesta Saudação pela mesma ser direcionada para as IPSS`s.-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio a **Deputada Bertina Duarte** que disse que todos os trabalhadores, nomeadamente os da CMS e Juntas de Freguesia tinham sido incansáveis.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que havia uma questão importante de salientar que era a vontade com que estes funcionários (as) das IPSS`s haviam trabalhado mas que também tinham direitos e isso não era refletido nesta Saudação, por este motivo, ter sido feita uma sugestão de alteração ao texto da mesma. Disse haver muito desrespeito pelos direitos laborais dos funcionários das IPSS`s. -----

-----Para terminar, o Deputado disse que esta posição da bancada da CDU se iria refletir numa Declaração de Voto. -----

-----A **Presidente da AMS** solicitou que as próximas intervenções tivessem uma capacidade de síntese, uma vez que já tinham sido ultrapassados os 30 minutos do tempo Regimental para o PAOD.-----

-----Interveio o **Deputado José Guerra** que disse que o seu voto seria favorável. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Conceição Gonçalves**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a bancada do PSD votaria favoravelmente este documento, fazendo referência também ao trabalho desenvolvido pelo Vereador da Proteção Civil e Segurança, Vereador Francisco Luís, que tinha plena consciência de todo o esforço levado a cabo por estas instituições no sentido de tentar minimizar o risco de contágio nos casos em que não era possível impedir a entrada do vírus nas mesmas, Deste modo, o PSD expressava a sua solidariedade e gratidão a todos aqueles que, incluindo os da linha da frente, tinham ajudado, nestes tempos difíceis, a minimizar as dificuldades com que se haviam deparado com este inimigo implacável.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, a Saudação com o título **“Reconhecimento aos Trabalhadores e Dirigentes das IPSS do Concelho de Sesimbra”**.-----

-----Teve início a apresentação do documento seguinte, a **Moção** com o título **“Governo rejeita criação de NUT III para a Península de Setúbal”**, cujo teor se passa a transcrever: -----

-----*“No passado dia 27 de janeiro, a Ministra da Coesão Territorial rejeitou a criação de uma NUT III (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) para a Península de Setúbal, ao contrário do que havia afirmado em Novembro passado, quando referiu que os nove concelhos da região deviam constituir-se como uma NUT III como solução para corrigir a enorme injustiça de que tem sido alvo.-----*

-----*A inexistência de uma NUT III específica para os concelhos abrangidos pela Península de Setúbal resulta numa tremenda discriminação negativa por se verem privados de receberem mais verbas provenientes dos fundos comunitários, com vista ao desenvolvimento social e económico desta região.*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Acrescenta-se que, se nada for feito num curto espaço de tempo, os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal continuarão integrados na atual NUTIII, o que contabiliza dados socioeconómicos da mesma área geográfica, ou seja, a Área Metropolitana de Lisboa. Assim a Península de Setúbal continuará a ter um acesso qualitativo e quantitativo inferior a outras regiões do território nacional, agravando assim as desigualdades já existentes. Por isso esta mudança de posição da Ministra da Coesão Territorial é incompreensível e contrária aos próprios valores da coesão, valores que deveria defender e não combater.* -----

*-----Face ao descrito, a bancada do PPD/PSD, repudia as recentes declarações da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, e exorta o Governo para que crie uma NUT III para a Península de Setúbal de forma a corrigir esta injustiça e permitir o acesso a fundos comunitários por parte dos nove municípios da região em condições de igualdade com os outros municípios portugueses.*-----

*-----A ser aprovada esta moção, dar conhecimento:-----*

*-----Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Ministra da Coesão Territorial; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Comunicação Social Local e Regional.”-----*

*-----Interveio o **Deputado Pedro Mesquita** que perguntou ao proponente deste documento se era intenção manter o mesmo, uma vez que em seguida, estaria a votação outra Moção apresentada pela CDU e referente à mesma matéria e talvez não houvesse a necessidade de se discutir dois documentos iguais.*

*-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que estes documentos eram sobre o mesmo assunto mas tinham algumas diferenças. Relativamente à presente Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, disse que a CDU ficava surpreendida com a vontade do PSD de voltar à criação das NUT III para a Península de Setúbal e dizia-o porque não podia ser esquecido que tinha sido em 2013 que, num Governo de Passos Coelho que tinha sido solicitado à União Europeia (UE) que acabasse com o NUT II na Península de Setúbal e que nenhum dos órgãos dos Municípios do Distrito tinha sido ouvido sobre o fim da NUT III. Era com grande agrado que se via o PSD voltar atrás mas era lamentável que essa situação não tivesse já sido solicitada na Assembleia da República.*-----

*-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que a bancada do PSD havia apresentado esta Moção relativamente à criação das NUT's porque, não obstante os diversos investimentos que tinham sido feitos, o Grupo Municipal entendia que, muito mais poderia ser feito, caso o Governo pretendesse criar a NUT's da Península de Setúbal. Disse ainda que pelos vistos, a Sr<sup>a</sup>. Ministra da Coesão Territorial dizia que havia dito uma coisa mas que não era bem assim mas o certo era que no passado dia 27 de janeiro,*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

a mesma havia rejeitado a criação desta NUT III para a Península de Setúbal que iria fazer com que também Sesimbra tivesse apoios a nível Europeu muito diferentes daqueles que tinha atualmente. Não se deveria esquecer que o concelho era penalizado por estar agregado a Lisboa e daí, os fracos investimentos que vinham para a Península de Setúbal, nomeadamente para o município de Sesimbra. Por este motivo, fazia todo o sentido a apresentação desta Moção.-----

-----Interveio o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que há pouco, aquando da sua intervenção, não tinha referido um ponto importante que tinha sido a conjugação de esforços dos membros da Comissão de Líderes no sentido de tornar os documentos o mais ricos possível, de forma a evitar-se estar a fazer alterações escritas a esses mesmos documentos. Em relação ao presente documento, disse que o MSU entendia que a criação de uma NUT III para a Península de Setúbal era uma questão de justiça e que esta Península, tal como era sabido, estava inserida numa região de uma alta competitividade como era a Área Metropolitana de Lisboa e este facto era por si só penalizador no que dizia respeito ao acesso aos Fundos Comunitários, que estava limitado ao nível da competitividade da AML e que por essa razão, a Moção deveria ser votada de forma favorável. -----

-----Teve novamente o uso da palavra, o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse já ter sido referido várias vezes a AML e que na opinião da CDU, bem como da Associação de Municípios da Região de Setúbal, que inclusive havia feito um documento que tinha chegado à Assembleia Municipal durante o dia de ontem, o facto da criação da NUT III não podia nem devia implicar a saída da Península de Setúbal da Área Metropolitana de Lisboa, primeiro, porque existiam Projetos em conjunto e que um deles tinha a ver com a rede de transportes públicos da AML, em que a Península de Setúbal também estava incluída, entre outros. Referiu que uma coisa era a criação da NUT III e a outra era a continuidade da Região de Setúbal na AML. O Deputado disse ainda que o voto da CDU seria favorável. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Pedro Mesquita** que comentou as palavras do Deputado Rui João Rodrigues e que haviam refletido o desaparecimento da NUT III no ano de 2013 por vontade do PSD e estava aqui o interesse do concelho de Sesimbra e que a saída da AML não era, de todo, um benefício para Sesimbra. Naturalmente, era um benefício recorrer-se aos Fundos Europeus, através dos quais se poderia ter um maior desenvolvimento para a Península de Setúbal mas não lhe parecia uma boa prática o afastamento da AML. O Deputado referiu que não era isso que o documento dizia embora tivesse um tom, de certa forma, inaceitável relativamente áquilo que eram as palavras para o Governo e que nesse aspeto, a bancada do PS se absteria de votar o mesmo. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS**, que cumprimentou todos os presentes e disse que

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

faria alguns comentários os quais também eram extensíveis à Moção da CDU. Começou por dizer que tanto os 9 Municípios, como o tecido económico empresarial da Região de Setúbal tinham “levado” ao Governo, quer à Ministra do Planeamento, à Ministra da Coesão e ao Primeiro-Ministro, um conjunto de preocupações relativamente a esta matéria, pela necessidade de convergência entre os índices de desenvolvimento e o investimento público face aquilo que normalmente acontecia na margem norte, sabendo que também havia 2 ou 3 municípios nesta margem que estavam com níveis de desenvolvimento muito próximos daqueles que também existiam na Península de Setúbal. Disse que por dificuldades de investimento público ou, essencialmente, pela sua falta, nas últimas décadas, tinha levado a que esta convergência se tivesse acentuado. Neste momento, o ponto de situação não era fácil, sendo até bastante complexo. Disse que a Autarquia teria até ao final deste mês de não avançar para a criação da NUT III, tendo em conta uma questão muito específica. Se era verdade que em 2013, um pouco “à força”, se havia feito esta reestruturação das unidades territoriais, as NUT III, também era verdade que agora não tinha havido nenhuma intenção de poder revertê-las de forma a acomodar esta pretensão dos municípios da região de Setúbal. Referiu que Portugal fazia convergir as unidades estatísticas e unidades territoriais nas unidades administrativas, ou seja, todas as NUT III tinham, em termos administrativos, ou Comunidades Intermunicipais ou, como era o nosso caso, Áreas Metropolitanas. Disse que tinha sido colocada uma condição de que qualquer iniciativa de criação da NUT III, não poderia implicar uma cisão com a área Metropolitana da Lisboa, ou seja, pôr-se-ia que a NUT III Península de Setúbal pudesse, do ponto de vista de Fundos Comunitários, ficar afeta, por exemplo, ao PO Alentejo, o Programa Operacional Regional do Alentejo e não ao PORLisboa, que como se sabia, neste quadro comunitário se destinava a ter um montante global muito inferior àquele que este tinha e uma taxa de comparticipação também inferior àquela que existia e que era 50%, um caso único no País porque os restantes quadros regionais eram de financiamento de 80%, o que por si só era uma dificuldade para os municípios garantirem a comparticipação pública naquilo que eram os grandes investimentos mas que isso não fizesse depender também uma alteração da unidade administrativa que, neste caso, era a Área Metropolitana de Lisboa. Disse que aquando da última reunião com a Ministra da Coesão e com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, não tinha sido bem acolhida esta possibilidade de o País reverter este seu mapa que fazia convergir as unidades territoriais e estatísticas que eram importantes do ponto de vista também da União Europeia, as NUT III até porque se sabia que, quer as Áreas Metropolitanas, quer as próprias Comunidades Intermunicipais tinham hoje atribuições específicas por via da lei, nomeadamente a Lei Nº 75/2013, a mais relevantes dos últimos tempos e que tinha a ver com a responsabilidade naquilo que era o serviço de transporte público

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

em cada uma destas unidades administrativas, se assim se poderia dizer. -----

----- Disse que essa *nuance* não tinha sido ultrapassada e a segunda *nuance*, que também era bom que fosse explicada era que o nosso País, se no início deste ano tivesse identificado a necessidade de criação de uma nova NUT III, teria que o evidenciar nesta altura, na União Europeia e havia a indicação de que ainda não tinha havido uma e que se deveria ter presente que os efeitos ou a produção de efeitos, nomeadamente no que dizia respeito áquilo que era a participação nesta nova NUT III, caso viesse a acontecer nos Fundos Comunitários, só ocorreria no quadro comunitário seguinte e não aquilo que estava neste momento em discussão porque tinha sido feito com base nas NUT`s atuais, ou seja, só em 2028, caso tivesse toda a aprovação entre Entidades Nacionais e Europeias, é que a criação da NUT II na Península de Setúbal produziria efeitos. -----

-----Disse ainda que a Região de Setúbal não podia ficar à espera por mais 6,7 ou 8 anos sem saber se havia fundo de coesão e com que montantes, se a convergência do Alentejo já se aproximava também do nível de convergência europeu e portanto, a comparticipação seria inferior àquela que era hoje e investimentos estava-se perante um conjunto de impasses que era urgente resolver. O Presidente disse que a posição assumida pelos municípios e pelo tecido empresarial da Região de Setúbal tinha ido num duplo sentido: primeiro, na sua opinião, deveria avançar-se para a NUT III, independentemente de não se saber o que aconteceria em 2028, mas era importante também ter uma estatística formalizada sobre aquilo que era a dinâmica de desenvolvimento da Península de Setúbal face áquilo que eram outras áreas e outras NUT`s III do País.-----

-----Para se avançar, teria que se garantir esta condição de não implicar uma decisão com a AML, ou seja, teria que haver uma alteração áquilo que era o atual Quadro e mapa de “divisão administrativa do País”, que eram precisos e os municípios desta região teriam de se manter na AML. O segundo objetivo seria realçar, uma vez que o horizonte seria daqui a 7 ou 8 anos com efeitos daqui a 10, provavelmente, em termos daquilo que era a realidade dos Fundos, era importante e urgente criar mecanismos, e não poderiam ser IPI`s, que eram Projetos Integrados porque só podiam acontecer ao nível das unidades administrativas, o que não era o caso, e que tinham de acontecer mecanismos no atual quadro comunitário de apoio, o Portal 2030, que permitissem haver uma diferenciação do ponto de vista daquilo que eram instrumentos financeiros disponíveis, nomeadamente ao nível do Fundo de Coesão, que pudessem alavancar a Região de Setúbal face áquilo que eram as regiões de outro País. O Presidente referiu que era isto que, neste momento, estava “em cima da mesa”, com uma segunda condição que também a CMS havia colocado que era esta condição não poder, de forma alguma, implicar uma quebra naquilo que era o

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

montante financeiro que iria estar disponível para a região de Lisboa, na medida em que já era tão curto e que os municípios da AML não iriam esgrimir argumentos se os avisos eram apenas para a região de Setúbal ou se eram para alguns territórios municipais específicos, sendo uma matéria que competia ao Governo. Realçou que havia sido afirmado pelos 18 municípios da AML que a intenção, o que havia sido solicitado e aquilo que se “exigia” era que isto não prejudicasse de forma alguma, aquilo que tinha sido uma relação de confiança, de partilha, de trabalho conjunto, independentemente das simpatias político-partidárias ou das maiorias que estavam nos respetivos Executivos, com um trabalho bem consolidado na própria Área Metropolitana. Para terminar, disse que a NUT III era o objetivo mas para isso teria que existir a garantia de uma alteração desta condição existente neste momento que seria fazer corresponder a unidades territoriais e estatísticas, unidades administrativas, significando que com isto, a Região de Setúbal seria uma Comunidade Intermunicipal e que sairia da AML, coisa que não era aceitável. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria** com 16 votos a favor (12 CDU + 2 PSD + 2 MSU) e 8 abstenções (7 PS + 1 BE) aprovar a Moção com o título “Governo rejeita criação de NUT III para a Península de Setúbal”.-----

-----O Grupo Municipal do PS prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O Partido Socialista tem vindo a reclamar para a necessidade da criação de uma NUTS III - Península de Setúbal, por forma a que se possa ter acesso a fundos europeus num regime compatível com o nível de desenvolvimento da região.-----

-----Refira-se que os deputados socialistas eleitos para a Assembleia da República pelo Círculo Eleitoral de Setúbal endossaram no passado dia 11 de fevereiro uma carta dirigida à Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, com o objetivo de ver respondida esta questão.-----

-----O problema do atual modelo consiste no facto da NUTS II - Área Metropolitana de Lisboa ser considerada uma região mais desenvolvida, por apresentar um PIB per capita superior a 100% da média do PIB da UE27. Contudo o PIB da região esconde importantes desequilíbrios económicos entre os concelhos a norte e a sul do tejo.-----

-----A criação de uma NUTS III - Península de Setúbal iria permitir o acesso a fundos europeus num regime compatível com o seu nível de desenvolvimento e não como região mais desenvolvida. Pela sua importância histórica e presente, enquanto motor da economia portuguesa, o Partido Socialista defende que a Península de Setúbal deve merecer uma atenção estratégica. Este é um caminho que deverá ser prosseguido apoiando o investimento público, mas também o investimento privado na vertente empresarial, incluindo o comércio, e não esquecendo o ensino superior, universitário e politécnico.-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A finalizar, deve referir-se que a moção apresentada pelo PSD de Sesimbra, para além de ter um tom inaceitável, apenas pode ser encarada como uma forma de esse partido, e dos seus apoiantes, se redimirem pela decisão de um seu governo, que em 2013 introduziu a última alteração das NUTS II em Portugal, tendo substituído a anterior Região de Lisboa pela Área Metropolitana de Lisboa, e eliminado as NUT III, Grande Lisboa e Península de Setúbal. -----

-----Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta um voto de Abstenção relativa a esta proposta de Moção.” -----

-----Prosseguindo os trabalhos, teve início a apreciação da **Moção** com o título **“Pela Criação da NUTS III Península de Setúbal”**, cujo teor se passa a transcrever: -----

-----“A Península de Setúbal, ao longo de décadas, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento económico do país, e tem até hoje capacidade instalada e vontade para incrementar o seu contributo, seja através do investimento empresarial, seja através do indispensável investimento público orientado por planos de desenvolvimento de base territorial, partilhados pelos municípios. -----

-----O aprofundamento das assimetrias no território da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente entre as duas margens do Tejo, torna consensual a perceção de que o facto de não existirem estratégias de financiamento específicas dedicadas a esta região prejudica gravemente o seu desenvolvimento. -----

----- A Península de Setúbal, para poder cumprir o seu potencial de desenvolvimento económico e social, precisa de alavancas ao investimento, privado e público, em condições idênticas ao das outras regiões do país com indicadores económicos e sociais idênticos. Nos dois últimos quadros comunitários de apoio a limitação de apoios decorrente da inserção na AML sem acautelar as assimetrias intrarregionais e entre regiões do país, levou à perda de oportunidades e de competitividade da Península de Setúbal. -----

-----A decisão de extinguir a NUTS III - Península de Setúbal não assentou em critérios de eficácia da intervenção territorial, mas apenas em critérios administrativos, que não atendem às necessidades e potencialidades deste território. -----

-----Assim a reversão da NUTS III - Península de Setúbal, não responde só por si à reposição do quadro de justiça para com a nossa Região mas, segundo o Acordo de Parceria Portugal 2020, as NUTSIII constituem-se como “referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI)” através da implementação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, poderão assim ser dirigidos fundos de diversos Programas Operacionais Temáticos para financiar uma operação territorial integrada. -----

-----Quando a preocupação está centrada no esforço para aumentar a convergência socioeconómica

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*da Península de Setúbal com a Grande Lisboa no seio da AML, há que ter em conta que grande parte dos Fundos Europeus não são veiculados através dos municípios e/ou freguesias e suas associações, mas, sim, através de financiamento direto a empresas, entidades sociais diversas, administração central do Estado, Administração Regional desconcentrada, etc., que é decidido no POR Lisboa. -----*

*-----Significa isto que, qualquer projeto/ideia com a pretensão de proporcionar uma alavancagem especial e diferenciada à Península de Setúbal no sentido de a fazer aproximar dos Índices de Desenvolvimento socioeconómico e territorial da Grande Lisboa, está, à partida, muito limitada. Estando a Península de Setúbal integrada numa NUTS II (AML) que é considerada, no contexto europeu, uma Região de Competitividade (desenvolvida) então, as Taxas de comparticipação com fundos europeus é muito mais baixa da praticada nas regiões da convergência (menos desenvolvidas). Além disso, as tipologias dos investimentos e ações são também, diferentes, havendo tipos de investimento apoiáveis que estão excluídos nas Regiões da Competitividade. -----*

*-----Assim em matéria de financiamento europeu, estando a Península de Setúbal integrada na NUTS 2 Região Lisboa (coincide com a AML), haverá muito pouco a esperar no sentido da promoção de uma política pública que acelere o desenvolvimento diferenciado e mais acelerado desta região. -----*

*-----A agravar esta constatação existe a questão do desaparecimento da NUTS 3 Península de Setúbal, passando a haver uma só NUTS 3 que engloba a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, esta NUTS 3, coincide territorialmente com a NUTS 2 Lisboa, o que constitui uma situação algo anómala. -----*

*-----Em 27 de Janeiro, a Ministra da Coesão Territorial rejeitou a criação de uma NUT III (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) para a Península de Setúbal, ao contrário do que havia afirmado em Novembro de 2020, quando referiu que os nove concelhos da região deviam constituir-se como uma NUT III como solução para corrigir a enorme injustiça de que tem sido alvo, contrariando as expectativas criadas entretanto. -----*

*-----A 3 de fevereiro de 2021 a AMRS-Associação de Municípios da Região de Setúbal, em conjunto com um grupo diversificado de entidades da região emanou por sua vez um documento em que reclama a criação urgente da NUTS III Península de Setúbal. -----*

*-----Assim a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 26 de Fevereiro de 2021, delibera; -----*

*-----1-Pugnar junto do Governo, para que se possa avançar de imediato com o processo de criação da Unidade Territorial para fins Estatísticos NUTS - Península de Setúbal. -----*

*-----2-Pugnar junto do Governo, para que não introduza quaisquer alterações ao quadro administrativo da Área Metropolitana de Lisboa. -----*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----3-Solicitar ao Governo, que definida respostas para a Região de Setúbal no âmbito do atual Quadro Plurianual de Apoio (PT2030) que mitiguem os impactos negativos da atual circunstância, nomeadamente:

-----a-Avisos Condicionados dirigidos aos diversos sectores económicos e sociais da Região;

-----b- Acesso aos Planos Temáticos Nacionais sem restrições; -----

-----c- Aumento da Taxa de Participação dos Fundos Estruturais Europeus, como as restantes regiões do país em iguais circunstâncias de convergência. -----

-----3- Subescrever a tomada de posição da AMRS- Associação de Municípios da Região de Setúbal sobre a necessidade premente da criação da NUTS III Península de Setúbal. -----

-----Dar conhecimento a:-----

-----Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Ministra da Coesão Territorial; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS); Comunicação Social Local e Regional.” -----

-----Interveio o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que muito daquilo que a Moção abordava, já havia sido explicado pelo Presidente da CMS. Realçou a importância do ponto 3 da parte deliberativa e salientou que esta Moção tinha muita informação que poderia ser publicada. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou, por **maioria** com 23 votos a favor (12 CDU + 7 PS + 2 PSD + 2 MSU) e 1 abstenção do BE aprovar a **Moção** com o título “**Pela Criação da NUTS III Península de Setúbal**”. -----

-----Foi apresentado o documento seguinte, a **Moção** com o título “**Zambujal – pelo direito à saúde das pessoas e do ambiente**”, cujo teor se passa a transcrever: -----

-----“Em 3 de junho de 2019, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) procedeu à revogação total da licença de exploração de resíduos inertes do aterro do imóvel sito na Pedreira da Cabreira, n.º 2740, em Zambujal de Cima, da titularidade da empresa “Greenall Life, Reciclagem, Aterro e Ambiente, Lda.” -----

-----Todavia, são inúmeros os relatos de munícipes residentes nas proximidades do aterro para os odores e os fumos libertados e para a fuligem que se acumula nas habitações e logradouros, o que levanta suspeitas acerca da possível continuação da atividade de deposição de resíduos não inertes no local. -----

-----Volvidos quase dois anos desde a revogação da licença, não se vislumbram quaisquer medidas do Governo para identificar a contaminação dos solos, ou para avaliar a qualidade do ar e da água, não obstante se ter apurado que a CCDR-LVT irá realizar em 2021 um estudo de recuperação do aterro,

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*financiado em 200 mil euros pelo Fundo Ambiental, valor que se revela contudo manifestamente insuficiente e que demanda um reforço ao nível do Orçamento de Estado.-----*

*-----Acontece que, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Laboratório de Referência Nacional responsável pela análise técnica da qualidade do Ar em Portugal não dispõe de meios técnicos e materiais para efetuar o trabalho de recolha e análise do ar, mais concretamente os gases emitidos pela combustão de resíduos depositado no aludido aterro, o que se lamenta, uma vez que está em causa a possível toxicidade das emissões, com reflexos nefastos para a qualidade de vida das populações e para a saúde pública. Esta situação é conhecida desde o ano de 2013, altura em que a Câmara Municipal de Sesimbra foi alertada para a possibilidade dessa ocorrência e, em abril de 2014, a Assembleia de Freguesia do Castelo aprovou uma moção que recomendava às entidades competentes a devida averiguação da situação. Por outro lado, também a câmara municipal de Sesimbra fez várias diligências junto das entidades competentes sobre as eventuais irregularidades na deposição de terras em aterros de inertes no Zambujal de Cima. A Assembleia Municipal de Sesimbra, a 10 de janeiro de 2020, deliberou por unanimidade, no sentido do governo tomar todas as diligências com vista ao cumprimento imediato da revogação total da licença de exploração de resíduos inertes, da suspensão imediata de deposição de resíduos e do encerramento do aterro; a implementação imediata das necessárias medidas de minimização de danos para o ambiente e para as pessoas de modo a assegurar a saúde pública; bem como, que diligencie com a máxima urgência, junto das entidades competentes, a avaliação e eventual descontaminação dos solos, a selagem do aterro e a respetiva recuperação ambiental. Por sua vez, a população tem envidado esforços, e criou um grupo de cidadãos com vista à resolução do problema que afeta diretamente as suas vidas. É neste esforço conjunto, que o município de Sesimbra, Câmara Municipal, Junta de Freguesia do Castelo e Assembleia Municipal, se associaram à população do Zambujal, que pugna pela sua qualidade de vida.--*

*-----Assim, é inaceitável a postura do Ministério do Ambiente, expresso pelo Gabinete do Sr. Ministro ao considerar esgotados os meios ao seu alcance para travar a situação descrita: “A área governativa do ambiente e da ação climática considera esgotados todos os mecanismos legais para pôr termo a uma situação que, neste momento, está entregue ao poder judicial e aos instrumentos de que este dispõe para apurar e investigar a criminalidade ambiental.”, referindo ainda que “trata-se de uma questão criminal, que tem e deve ser prosseguida pelas instâncias judiciais. -----*

*-----Urge definir o mais rapidamente possível um Plano de Recuperação Ambiental da área do aterro que permita descontaminar o solo e repor as condições de equilíbrio. -----*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Impõe-se que o Governo adote, com urgência, todos os mecanismos que tiver ao seu dispor para que o Aterro no Zambujal seja definitivamente encerrado e se inicie o processo de recuperação ambiental, de modo a proteger a saúde dos cidadãos e reduzir os impactos ambientais.* -----

-----*Assim a Assembleia a Municipal de Sesimbra, reunida em 26/02/2021, delibera:*-----

- *Solidarizar-se com a população do Zambujal relativamente à situação supra descrita;* -----
- *Exigir do Governo a realização urgente de um estudo de recuperação ambiental da área do aterro e a adoção de medidas concretas tendo em vista proteger a saúde da população e do meio ambiente;*----
- *Instar o Governo a lançar mão de todos os instrumentos legais ao seu dispor no sentido de impedir a continuação da atividade de deposição de resíduos, e responsabilizar civil e criminalmente os responsáveis.* -----

-----*Mais se delibera que a presente Moção seja enviada às seguintes entidades:* -----

-----*Senhor Presidente da República; Senhor Primeiro-Ministro; Senhor Ministro do Ambiente; CCDR-LVT; Câmara Municipal de Sesimbra; Junta de Freguesia do Castelo.”*-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que esta questão já tinha sido trazida à Assembleia Municipal em janeiro de 2020 e que se havia deliberado, por unanimidade, no sentido de instar o Governo a tomar as diligências necessárias no sentido de cumprir aquilo que tinha sido a revogação da licença de exploração de resíduos inertes por parte da empresa *Greenall Life*. Disse que esta situação, infelizmente, volvidos que estavam 2 anos, mais ou menos, desde a revogação dessa licença, continua a dar que falar. Referiu que esta Moção visava, essencialmente, a solidariedade com a população do Zambujal relativamente áquilo que estavam a passar, e reforçar esta exigência ao Governo para que houvesse, de alguma forma, um estudo de recuperação ambiental na área do Aterro e adotar as medidas necessárias tendo em vista a proteção da saúde da população e do meio ambiente. Obviamente, não se queria que “a culpa morresse solteira”, o que acontecia muitas vezes nestes casos e apesar do Governo entender que tinha esgotado todos os meios ao seu dispor e que neste momento estaria entregue ao poder judicial, estava-se em crer que o Governo poderia fazer mais do que tinha feito. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Paula Rodrigues** que disse que a CDU se congratulava em que o MSU tivesse acolhido as sugestões da CDU, tornando a Moção mais enriquecida com a introdução do historial, dos elementos e *démarches* efetuadas, quer pelo Município, quer também pelos Grupos de Cidadãos. Salientou ainda as *démarches* que a própria Assembleia já tinha deliberado na 2ª reunião da sessão de 10 de janeiro, bem como o esforço da população do Zambujal que pugnara por uma qualidade de vida. -----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e disse que, relativamente a esta Moção, disse não haver qualquer dúvida de que o Grupo Municipal do Partido Socialista se revia nas preocupações da população do Zambujal, na ilegalidade e na problemática desta situação. Disse ainda que o PS tinha, desde sempre, manifestado o seu apoio a quaisquer iniciativas que reivindicassem uma análise da situação, que tivessem denunciado até situações ocorridas. Havia que ter também alguma ponderação em relação aos processos que tinham de se seguir numa situação destas. Disse terem havido denúncias e inspeções e que havia bastante informação sobre esta situação. Referiu haver respostas do próprio Ministério do Ambiente a perguntas colocadas na Assembleia da República, tanto por Deputados da CDU como por Deputados do PS pelo distrito de Setúbal e no entender do PS, muitas dessas explicações tinham lógica, os procedimentos tinham trâmites que tinham de ser seguidos, havendo situações que não podiam ser desrespeitadas. -----

-----Em relação a algumas passagens desta Moção, com as quais o PS achava que poderiam ser melhoradas de alguma forma, tendo feito algumas sugestões nesse sentido. Dizer que volvidos quase dois anos desde a revogação da licença, que não se vislumbravam quaisquer medidas do Governo, não parecia absolutamente correto. Disse terem havido mais inspeções a seguir, também a verificação, por exemplo, que durante o ano de 2020 não tinham sido rececionados quaisquer resíduos naquele Aterro, a fiscalização, pelo menos, tinha vindo a ser efetuada, tanto Pela CCDR, como pela própria GNR e pelos próprios cidadãos que moravam na região e tinham exercido algumas ações de fiscalização.-----

----- Quanto às questões sobre análises e estudo, o PS concordava com o histórico acrescentado, por sugestão da CDU, mas não poderia concordar em dizer-se que a postura do Ministério do Ambiente era inaceitável, pois a postura do Ministério do Ambiente era uma postura do Estado de Direito e a situação estava entregue instituições judiciais e neste momento, tinha havido notificações, e o IGMOT, entre 2012 e 2019, tinha apresentado 5 notificações, procedimento esse já entregue na Polícia Judiciária. -----

-----Acrescentou que pelo que se tinha apercebido através da atividade trimestral do município, tinha havido uma sessão no tribunal e sido já ouvidos algumas testemunhas e como era sabido, havia processos demorados. -----

-----Dizer-se que o Ministério do Ambiente tinha esgotado os meios que estavam ao seu alcance, era verdade porque neste momento, a situação estava entregue às instâncias judiciais e não se podia aceitar que se apontasse isto ao Ministério do Ambiente que, mesmo assim, não estava parado. Esta Moção falava também que as verbas do fundo de emergência do Fundo Ambiental estariam a ser mobilizadas ainda para o ano de 2021 para a aplicação de 200.000€ para a realização de um estudo sobre a situação em concreto

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

e identificar a situação com todo o pormenor. O Deputado questionou quais os dados para se afirmar na Moção que estes 200.000€ eram um valor insuficiente para este estudo. -----

-----Referiu também que pelo que se percebia, este estudo estava já, não adjudicado mas previsto e que já estaria “em andamento” e o seu resultado é que iria “lançar” algumas luzes sobre a situação. O Deputado disse ainda que havia afirmações na Moção com as quais o PS não se conseguia identificar e por esse motivo, havia alguma dificuldade em conseguir aceitar a mesma tal como estava. Considerava importante a aprovação de uma Moção destas pela Assembleia Municipal, a somar a todas as outras iniciativas já tomadas, desde a Junta de Freguesia do Castelo à própria Câmara Municipal, mas nestes termos não parecia o mais acertado e que deveriam ser feitas algumas correções. -----

-----Interveio o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que ainda não tinham sido ouvidas todas as forças políticas e que concordava que este documento deveria ser aprovado por unanimidade e nesse sentido, o Movimento Sesimbra Unida estaria disponível para fazer algumas alterações desde que fossem do acordo de todas as forças políticas. Disse haver questões com as quais o MSU não concordava com o Deputado Paulo Caetano, nomeadamente sobre a questão conhecida desde 2013 por parte do Governo e que já tinham passado 8 anos e estava em instâncias judiciais e o que era verdade era que a população do Zambujal continuava na mesma e não via efeitos práticos nenhuns, não foram minimizados danos para o ambiente e não foi salvaguardada a saúde pública da população, o que era particularmente grave, ainda que se pudesse perceber que o Governo tinha alguma limitação na atuação, uma vez que também envolvia instâncias judiciais e a partir do momento em que envolvia essa limitação que estava restringida, essa atuação não estava eliminada e por isso se dizer que o Governo não tinha esgotado, de certa forma, a sua possibilidade de atuar. O Deputado disse ainda que o MSU estaria disponível para rever o documento desde que todas as suas forças políticas aceitassem uma redação final que levasse à unanimidade. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse estar-se perante uma situação do “gato e do rato”, ou seja, havia um problema identificado desde 2013 e dizia-se que o Governo não poderia fazer muito porque este problema estava entregue às instâncias judiciais. O certo era que a população do Zambujal continuava a ser a ser prejudicada por aquela “lixreira”. Disse que o Deputado Pedro Mesquita havia falado sobre a questão das NUT`s e que de facto, o PSD tinha tido alguma responsabilidade mas também era bom que o PS, que estava hoje no Governo há mais de 4 anos, reconhecesse a sua incapacidade para resolver este problema. Referiu que se se estivesse à espera de uma resposta do Governo, poderia esperar-se eternamente e se se estiver à espera da Justiça, ainda era pior porque devia haver muitos anos que a população do Zambujal teria que esperar para resolver aquele problema. -----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por último e não menos importante, disse que o PSD se revia neste momento em que visava uma preocupação que era os munícipes do Zambujal e daí, não poder estar contra este documento, e que o voto seria favorável a este documento ou qualquer outro que depois seria revisto registrado por alguma força política com a aceitação, ou não, dos proponentes, desde que no seu essencial não se desvirtuasse aquilo que se pretendia.-----

-----Foi cedida a palavra à **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Gomes** que cumprimentou todos os presentes e questionou onde é que estava o Ministério do Ambiente em 2019 e em todos os anos para trás. Referiu que tinha sido preciso chegar a este ponto, e da sua parte, falava só apenas a partir do ponto em que começara a receber as reclamações. Disse que durante todos estes anos, tinha havido manifestações, abaixo-assinados, petições da população e que se tinha mantido este assunto sempre aberto para que houvesse respostas do Ministério do Ambiente, para se conseguir chegar agora a uma promessa de um Estudo e de todas essas *demarches* que seriam agora postas em prática. Nunca tinham sido dadas respostas e só após muitos pedidos é que a CCDR havia dado uma resposta e que poderia ter sido feito mais para não se ter chegado a este ponto e tratava-se de um assunto em que se andava sempre a batalhar na mesma coisa. Disse que chegara a ouvir nesta Assembleia que não havia cheiros nenhuns no Zambujal e que se as Entidades tivessem tomado as atitudes que tinham de tomar e que estavam nas suas competências, não se estaria à espera das demoras da Justiça nem a lamentar ter de se esperar que houvessem soluções da Justiça que se sabia serem morosas e que no atual contexto, ainda mais demoradas eram. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que não querendo contradizer a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, por que tinha muita estima até na ação exercida com as populações e com todas as situações relacionadas com estes resíduos ilegais no Aterro da Pedreira do Zambujal mas teria de a corrigir porque não era absolutamente verdade que o Ministério do Ambiente não tinha feito nada no passado. Disse que entre 2012 e 2019, tinha havido 5 processos de contraordenação levantados àquela situação, fora algumas ocorrências por altura de 2012, 2013 e 2014 que até tinham envolvido o município, com denúncias que chegaram à própria Assembleia Municipal de Sesimbra pelo Partido Socialista, com o acompanhamento da Câmara Municipal tendo sido informada do que se estava a passar. Disse também que, em 2017, a IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) fizera uma inspeção e reconheceu que os resíduos rececionados no Aterro não eram legais e havia entregado uma notificação que não tinha chegado a ser entregue ao proprietário porque não tinha sido encontrado. Disse que em agosto de 2018 tinha havido uma nova inspeção aos resíduos e que com

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

esta análise, a conclusão a que chegara era que os resíduos deviam ser encaminhados para um Aterro de resíduos não perigosos, que era um aterro de resíduos sólidos urbanos, como a Amarsul e não acarretava perigosidade. Uma coisa era poder contaminar um local e outra coisa era a contaminação significar um risco e que uma coisa não queria dizer a outra, podendo haver contaminação sem risco e isso ainda não estava apurado e esperava-se que este estudo de 200.000 € que iria avaliar essa situação pudesse confirmar, mas havia a possibilidade de se admitir que havia alguma contaminação mas que isso não apresentava um risco. Referiu que a situação que agravava tudo nestes tempos mais recentes era a situação do incêndio que tinha dado origem a uma combustão que aparentemente, pelo que era relatado e sabido, nunca se tinha sido extinto e era essa combustão de resíduos que tinha levado a que as populações à volta daquele Aterro tivessem sido mais incomodadas com o cheiro e odores. -----

-----Disse que outro tipo de preocupações poderiam ser, eventualmente, excessivas porque ainda não tinha sido comprovado se havia contaminação, se a mesma implicava risco, qual o grau de risco e se era para a saúde humana ou só para o ambiente e a que nível, se era dos solos, das águas ou do ar e era precipitado, não desvalorizando o incómodo que toda a situação trazia para populações, assumir todas estas conclusões e nesse aspeto, é que o PS gostaria de aprovar uma Moção de solidariedade com as populações, solicitar que houvesse uma aceleração nos procedimentos naquilo que dizia respeito ao Ministério do Ambiente, esperando que a verba disponível neste Fundo Ambiental pudesse ser rapidamente utilizado, que o Caderno de encargos também pudesse ser rapidamente elaborado, que a Câmara Municipal de Sesimbra fosse ouvida na elaboração do mesmo e pudesse acompanhar todo o Concurso e ter uma palavra a dizer sobre essa situação e que durante este ano, e no mais breve prazo possível, fosse realmente efetuado o Estudo e assumir que houvesse a possibilidade do mesmo demonstrar que havia situações muito incómodas mas que não acarretavam risco, incomodando as populações e por essa razão, terem de ser resolvidas mas não se poderia estar a pensar que se estava a cometer um crime ambiental com um elevado risco para as populações porque nada disso estava comprovado e que se os resíduos depositados eram apenas não perigosos, pessoalmente, suspeitava que não houvesse um risco significativo em relação aos mesmos. De facto, incomodavam mas, mais do que isso, era precipitado dizê-lo sem haver um estudo e era nesse sentido que a bancada do PS gostaria que houvesse um pouco mais de rigor no texto da Moção e que pudesse ser aprovada por todos no sentido em que devia ter que era, principalmente, apoiar as populações e exortar o Governo a proceder a este estudo. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Presidente da AMS** que disse que este documento tinha sido rececionado nos Serviços no prazo previsto, tendo sido disponibilizado para que todos pudessem dar os

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

seus contributos mas era pena que da parte do PS, os contributos não tivessem sido prestados mais cedo para que este documento pudesse ter sido concluído.-----

-----O **Deputado Paulo Caetano** explicou que algumas destas alterações tinham sido sugeridas atempadamente, tendo algumas sido aceites pelo MSU mas que apesar disso, o PS continuava a achar que algumas passagens da Moção não deveriam constar.-----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse que poderia ser da nova tecnologia hoje utilizada, mas que tinha ficado perplexo porque estava habituado a ver o Deputado Paulo Caetano como um defensor do ambiente e das populações e que o via com uma postura muito cautelosa e defensiva.-----

-----Questionou o Deputado se após 5 processos de contraordenação, não seria já tempo suficiente de ter um resolução dos mesmos. Disse ainda que tinha sido referida a necessidade de um Caderno de encargos mas que se se estivesse à espera deste Caderno de encargos como se estava à espera dos Centros de Saúde, do Tribunal e do quartel da GNR, seria para “calendas gregas”, pois nunca mais haveria Caderno de encargos.-----

-----Sobre o facto de ter sido que a situação não era prejudicial mas incómoda, disse que só por incomodar a população do Zambujal, já era um grande risco e que tinha ficado surpreso com a intervenção do Deputado que sempre havia tido uma posição coerente nesta matéria e noutras e que, por esse motivo, quase se atrevia a dizer que assim era por se estar próximo de Eleições Autárquicas.-----

-----Tomou do uso da palavra a **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo** que disse que o Ministério do Ambiente tinha feito essas participações mas que a CCDR, depois de várias reclamações relativamente aos cheiros, havia respondido à Junta de Freguesia que não havia, em maio deste ano, fumo cheiro nem depósitos e que este documento tinha sido entregue no Ministério Público com esta declaração da CCDR. Disse que se tinham feito um trabalho para trás e depois assumir uma coisa destas depois de uma queixa de uma Junta de Freguesia e de tudo aquilo que a população se manifestava, havia contrassensos ao longo de todo o processo.-----

-----Disse ainda que os residentes da Freguesia do Castelo sabiam perfeitamente o que era o cheiro da Portucel e ninguém se alarmava com isso. Disse que quando a Quinta de Santo António era estrumada, também conheciam o cheiro, que durava um ou dois dias e também não havia alarmes, mas a população do Zambujal alarmava-se porque sabia o que era estar os dias inteiros a levar com aquele cheiro dentro e fora de casa e as pessoas não sabiam o que lá estava mas calculavam que fosse gravoso para a saúde. ---

-----Para terminar, disse que o ACES-Arrábida havia pedido à Presidente da Junta de Freguesia do Castelo para visitar o Aterro no dia 15 de fevereiro de 2021.-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio de novo o **Deputado Paulo Caetano** que disse que, ao contrário daquilo que o Deputado Lobo da Silva havia afirmado, não tinha mudado de repente de posição que, relativamente a este assunto era de ponderação e de ter resultados antes de se poder tirar conclusões. Referiu que se tivesse havido contraordenações entregues durante uma série de anos, a responsabilidade seria, mais uma vez, das instâncias judiciais e disse que se fosse haver um estudo para avaliar a perigosidade associada a um possível perigo de resíduos e de contaminações de solos ou águas, era óbvio que teria de existir um Caderno de encargos e não se passaria por cima desses procedimentos.-----

-----Ainda sobre a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, disse que não tinha referido que a população estava a ser alarmista mas sim que não se devia ser alarmistas em relação a uma situação sobre a qual não se tinha toda a informação e que a ponderação e a confiança nos resultados técnicos e nas conclusões de uma abordagem técnica à situação, era aquilo que o levava a tomar esta postura que era um pouco mais de calma relativamente a esta situação.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que disse que não deixava de haver um problema que tinha a ver com a Legislação e era impossível o legislador, em particular numa matéria tão sensível, não aferir daquilo que eram os efetivos das empresas, sempre que havia titulares nos cargos das próprias empresas, e era impossível, para um Aterro com estas características, ter um garantia bancária de 25.000€ para substituir ao explorador e que era inadmissível que se tivesse feito uma adenda aos códigos de resíduos a depositar, independentemente dos que eram, tendo-se feito, sem conhecimento da CMS à época, em 2013, e sem se ter pedido uma atualização dessa mesma garantia bancária. Disse ainda, relativamente às missivas que o município tinha enviado à CCDR e ao Ministério Público, tinham sido sempre dirigidas, em simultâneo, ao Ministério do Ambiente incluindo também uma audiência sobre a matéria e estava-se a falar desde 2019, aquando da ocorrência do incêndio e quando a questão dos odores se tinha tornado mais alarmista para a população do Zambujal.-----

-----Referiu que ainda recentemente, depois do conhecimento público de que, eventualmente, haveria uma verba disponível no Fundo Ambiental, a Autarquia havia questionado se a mesma existiria e se havia prazos e uma estimativa de tempos em que pudesse ocorrer o Estudo, daquilo que era a informação que se tinha e que era pública e que, até hoje, a resposta da Secretaria Geral do Ambiente tinha sido “zero”. Disse que a CCDR havia respondido, e que desde essa altura até aos dias de hoje, com respostas opostas umas às outras e que, ou se diria que não havia reposição de resíduos nem qualquer movimento verificado na empresa, nem a alteração do ponto de vista daquilo que eram os resíduos colocados até se dizer o seu contrário, até se verificar que havia um incumprimento por parte da empresa exploradora.-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que havia outra preocupação porque as únicas fontes disponíveis eram os 200.000€ do Orçamento do Fundo Ambiental para a realização de qualquer coisa no Aterro do Zambujal e que este conhecimento tinha sido através de uma reportagem televisiva e que dois dias antes da mesma, também tinha tido conhecimento de uma resposta a uma pergunta efetuada por um Grupo Parlamentar relativamente a esta matéria. Referiu que não deixava de ser um pouco desalegantante que à CMS, num conjunto significativo de perguntas sobre esta matéria, a resposta ainda tardava em chegar. Também era verdade que tinha chegado, já no decorrer desta semana, à Assembleia da República, uma outra resposta a outra pergunta de 6 de março de 2020, a um outro Grupo Parlamentar que, curiosamente, não fazia nenhuma referência a medidas que iriam ser tomadas em relação a esta matéria que estava na esfera judicial. -----

-----Disse que aquilo que o Ministério do Ambiente pretendia, ou não, fazer com a CCDR, a Entidade licenciadora, era confuso. Disse que da informação que se tinha, e que era pública, na tentativa de se obter mais alguma informação em relação ao processo que estava mais avançado e que era a Providência cautelar, não tinha sido possível consultar o processo mas aquilo que se sabia era que existia uma questão formal, e no raciocínio que o Deputado Paulo Caetano havia referido, havia uma formalidade por parte da Justiça que era a notificação dos representantes da empresa e a questão que se colocava neste momento era: na impossibilidade reiterada de notificação, independentemente de todo o processo de investigação que tinha a ver com as ligações das empresas umas às outras, se o Estado Português iria aguardar, e até quando, se a mesma não fosse feita. Referiu que a opinião da Autarquia, já fundamentada com alguns entendimentos jurídicos, era que o Estado se podia substituir, ficando suscetível que a própria empresa dissesse, se o Estado lá entrasse, que não tinha sido notificada e metesse uma ação contra o Estado. Também podia acontecer que, na ausência de uma resposta ou com uma resposta que não fosse condizente com o *timing* minimamente adequado à perspetiva de resolução deste problema, que seria o próprio município a intentar uma ação contra o Estado Português, exatamente para cumprir aquilo que eram as suas obrigações, mesmo representando para o Estado, ter de levar com uma ação por parte da empresa exploradora do aterro. -----

-----Para terminar, disse que no dia 19 de fevereiro, havia sido publicado o Orçamento do Fundo Ambiental para 2021 no valor de 571 milhões de euros e que estava prevista uma ação no Plano de Atividades deste orçamento designada "*Plano de recuperação e limpeza do aterro do Zambujal*" e não conseguia descortinar se se estava a falar da elaboração de um estudo ao Plano de recuperação ou se, eventualmente, se tratava de alguma fase do mesmo. Não havia também informação sobre os valores

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

envolvidos para que se pudesse regularizar esta situação mas sabia que que a CCDR, nas medidas cautelares relativamente à revogação da licença, já havia definido aquilo que a empresa deveria ter feito em relação à recuperação do aterro, ou seja, estavam identificados os procedimentos a ter na reposição da legalidade no mesmo. Disse que, independentemente de todas as ponderações, era importante a criação de condições para prazos porque de acordo com as experiências no País, sobre situações análogas, não eram boas. ---

-----Interveio o **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que as alterações sugeridas pelo Deputado paulo Caetano eram de tal forma profundas, que acabariam por desvirtuar o sentido da Moção e que o MSU concordava com uma proposta de alteração com a eliminação de uma expressão e que tudo o resto que estava subjacente à Moção justificava plenamente a sua submissão à votação. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria** com 16 votos a favor (12 CDU + 2 PSD + 2 MSU) e 8 abstenções (7 PS+ 1 BE) aprovar a **Moção** com o título **“Zambujal – Pelo direito à saúde das pessoas e do ambiente”**, cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----

-----*“Em 3 de junho de 2019, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) procedeu à revogação total da licença de exploração de resíduos inertes do aterro do imóvel sito na Pedreira da Cabreira, n.º 2740, em Zambujal de Cima, da titularidade da empresa “Greenall Life, Reciclagem, Aterro e Ambiente, Lda.”*-----

-----*Todavia, são inúmeros os relatos de munícipes residentes nas proximidades do aterro para os odores e os fumos libertados e para a fuligem que se acumula nas habitações e logradouros, o que levanta suspeitas acerca da possível continuação da atividade de deposição de resíduos não inertes no local.*

*Volvidos quase dois anos desde a revogação da licença, não se vislumbram quaisquer medidas do Governo para identificar a contaminação dos solos, ou para avaliar a qualidade do ar e da água, não obstante se ter apurado que a CCDR-LVT irá realizar em 2021 um estudo de recuperação do aterro, financiado em 200 mil euros pelo Fundo Ambiental.* -----

-----*Acontece que, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Laboratório de Referência Nacional responsável pela análise técnica da qualidade do Ar em Portugal não dispõe de meios técnicos e materiais para efetuar o trabalho de recolha e análise do ar, mais concretamente os gases emitidos pela combustão de resíduos depositado no aludido aterro, o que se lamenta, uma vez que está em causa a possível toxicidade das emissões, com reflexos nefastos para a qualidade de vida das populações e para a saúde pública.* -----

-----*Esta situação é conhecida desde o ano de 2013, altura em que a Câmara Municipal de Sesimbra foi*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*alertada para a possibilidade dessa ocorrência e, em abril de 2014, a Assembleia de Freguesia do Castelo aprovou uma moção que recomendava às entidades competentes a devida averiguação da situação. Por outro lado, também a câmara municipal de Sesimbra fez várias diligências junto das entidades competentes sobre as eventuais irregularidades na deposição de terras em aterros de inertes no Zambujal de Cima. ---*

*-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, a 10 de janeiro de 2020, deliberou por unanimidade, no sentido do governo tomar todas as diligências com vista ao cumprimento imediato da revogação total da licença de exploração de resíduos inertes, da suspensão imediata de deposição de resíduos e do encerramento do aterro; a implementação imediata das necessárias medidas de minimização de danos para o ambiente e para as pessoas de modo a assegurar a saúde pública; bem como, que diligencie com a máxima urgência, junto das entidades competentes, a avaliação e eventual descontaminação dos solos, a selagem do aterro e a respetiva recuperação ambiental.-----*

*-----Por sua vez, a população tem envidado esforços, e criou um grupo de cidadãos com vista à resolução do problema que afeta diretamente as suas vidas. É neste esforço conjunto, que o município de Sesimbra, Câmara Municipal, Junta de Freguesia do Castelo e Assembleia Municipal, se associaram à população do Zambujal, que pugna pela sua qualidade de vida.-----*

*-----Assim, é inaceitável a postura do Ministério do Ambiente, expresso pelo Gabinete do Sr. Ministro ao considerar esgotados os meios ao seu alcance para travar a situação descrita: “A área governativa do ambiente e da ação climática considera esgotados todos os mecanismos legais para pôr termo a uma situação que, neste momento, está entregue ao poder judicial e aos instrumentos de que este dispõe para apurar e investigar a criminalidade ambiental.”, referindo ainda que “trata-se de uma questão criminal, que tem e deve ser prosseguida pelas instâncias judiciais”.-----*

*-----Urge definir o mais rapidamente possível um Plano de Recuperação Ambiental da área do aterro que permita descontaminar o solo e repor as condições de equilíbrio.-----*

*-----Impõe-se que o Governo adote, com urgência, todos os mecanismos que tiver ao seu dispor para que o Aterro no Zambujal seja definitivamente encerrado e se inicie o processo de recuperação ambiental, de modo a proteger a saúde dos cidadãos e reduzir os impactos ambientais.-----*

*-----Assim a Assembleia a Municipal de Sesimbra, reunida em 26/02/2021, delibera:-----*

- Solidarizar-se com a população do Zambujal relativamente à situação supra descrita;-----*
- Exigir do Governo a realização urgente de um estudo de recuperação ambiental da área do aterro e a adoção de medidas concretas tendo em vista proteger a saúde da população e do meio ambiente;-----*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----• *Instar o Governo a lançar mão de todos os instrumentos legais ao seu dispor no sentido de impedir a continuação da atividade de deposição de resíduos, e responsabilizar civil e criminalmente os responsáveis.* -----

-----*Mais se delibera que a presente Moção seja enviada às seguintes entidades:* -----

-----*Senhor Presidente da República; Senhor Primeiro-Ministro; Senhor Ministro do Ambiente; CCDR-LVT; Câmara Municipal de Sesimbra; Junta de Freguesia do Castelo.”* -----

-----O Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----*“O Partido Socialista tem vindo a alertar para o problema do aterro do Zambujal desde 2014. No entanto, nem sempre esta preocupação foi acompanhada pelas restantes forças políticas do Concelho. Felizmente, mais recentemente, foi reconhecido localmente que este é um problema real e que o mesmo requer uma mobilização concertada para a sua resolução.* -----

-----*Assim, após vários alertas da população e tomadas de posição institucionais nos diferentes órgãos autárquicos, verifica-se que as instituições competentes atuaram e desencadearam os procedimentos legalmente previstos.* -----

-----*Este é, portanto, o momento de a justiça realizar o seu trabalho, identificar os responsáveis por eventuais más práticas na gestão de resíduos neste aterro e as medidas que melhor defendam a população e que permitam que situações semelhantes não voltem a ocorrer.* -----

-----*Cabe aos agentes políticos e, neste caso concreto, à Assembleia Municipal, respeitar o princípio de separação de poderes e aguardar, serenamente, sem interferências, uma decisão judicial.* -----

-----*Por outro lado, constata-se que está em preparação um estudo para a caracterização dos resíduos depositados no aterro, identificação de possíveis riscos ambientais e sanitários para a população, assim como de potenciais medidas de mitigação ou recuperação ambiental do local.* -----

-----*Só a realização de um estudo adequado para a avaliação da situação ambiental do aterro é que poderá determinar se houve deposição indevida de resíduos neste local e, tendo havido, quais os perigos de contaminação e riscos associados. Para a realização desse estudo, o Governo já disponibilizou uma verba, que o Partido Socialista julga adequada, sendo expectável e desejável, que haja um envolvimento da Câmara Municipal na definição do Caderno de Encargos do Estudo e no acompanhamento, no terreno, da realização do mesmo.* -----

-----*Assim, é do entendimento do Partido Socialista que, até à obtenção dos resultados deste estudo, é necessário manter o alerta mas, simultaneamente, afastar cenários catastróficos e de sentimentos exacerbados de insegurança nas populações.* -----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta um voto de Abstenção relativa a esta proposta de Moção.*-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra**, que apresentou a **Recomendação à Câmara Municipal sobre a situação da pandemia da Doença COVID-19 no Concelho**, que a seguir se transcreve:

-----*“O Bloco de Esquerda segue com enorme preocupação a evolução da situação na área da saúde no concelho de Sesimbra e no distrito de Setúbal onde se mantêm elevados níveis de contágio ao vírus do Covid – 19. Como no resto do país a região vive com dificuldades em acompanhar todos os utentes diagnosticados com Covid – 19, não esquecendo a monitorização das restantes doenças.*-----

-----*Com vista a reforçar e a descentralizar as unidades de Atendimento aos Doentes Respiratórios e para garantir uma resposta mais rápida e de proximidade aos doentes desta pandemia, as autarquias devem mobilizar-se com vista à diminuição do tempo de espera para a realização de testes.*-----

-----*Neste sentido, o Bloco de Esquerda vem por intermédio desta intervenção recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que envide todos os esforços junto das autoridades de saúde no sentido de promover a criação de novos postos de testagem à Covid – 19 e que potencie a identificação precoce de surtos, recorrendo à massificação dos testes rápidos. Por outro lado, sugere-se também que a nossa autarquia estimule ainda mais a coordenação de redes de apoio domiciliário às pessoas confinadas ou isoladas, em articulação com outras instituições locais, com destaque para o apoio às camadas mais carenciadas e vulneráveis da população.”*-----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que esta Recomendação não tinha qualquer cabimento por duas razões. A primeira porque era extemporânea, dado que algumas das ações aqui solicitadas e que cabiam no âmbito de uma colaboração entre a Autarquia Local e o Governo Central já haviam sido desencadeadas há alguns meses e tinham vindo a decorrer desde alguns meses a esta parte. Por outro lado, eram solicitadas recomendações à Assembleia Municipal que não dependiam em nada da sua competência. Referiu que era o Governo Central quem tinha de apressar todas estas medidas e que as Autarquias e, nomeadamente, a CMS tudo tinha feito no sentido de prestar a máxima colaboração com o Governo relativamente a esta matéria. Disse que a Autarquia tinha preparado salas de vacinação, a Proteção Civil tinha sido incansável na colaboração ao combate a esta pandemia junto das famílias e este documento não fazia qualquer sentido. Para terminar, a Deputada propôs que o proponente retirasse esta Recomendação.-----

-----Interveio o **Deputado José Guerra** que referiu não concordar com o que foi dito sobre a qual ser extemporânea porque se tinham reunido em maio do ano passado numa situação completamente

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

diferente, onde nem sequer se pensara que se pudesse chegar tão longe e onde as coisas tinham funcionado como deveriam ter funcionado. Disse ter depois havido um agravamento da situação porque Sesimbra passara de ter poucos casos para ser um dos Concelhos de risco. -----

-----Disse que em vários Concelhos do País, eram os próprios que tinham estado a fazer testes em massa, tanto em Lisboa como Cascais e Valongo, entre outros. Referiu que a Quinta do Conde já tinha condições para receber as vacinas, ao contrário das freguesias do Castelo e Santiago. -----

-----Disse também que em situações graves, as Autarquias deveriam ir mais longe porque deveriam defender mais os seus munícipes, ultrapassando, muitas vezes, situações que pertenciam ao Governo porque, tal como tinha sido presenciado, houvera alturas em que o Governo preferira as apostas económicas nas grandes empresas e que para as pessoas com dificuldades, tinha sido dada uma ninharia que nem sequer dava para sobreviver. O Deputado acrescentou que não havia contradição entre defender que se fosse mais longe e defender que até agora, a Câmara tinha tentado fazer aquilo que estava ao seu alcance. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que disse que o sentido que se poderia retirar da atual versão da Recomendação, era um pouco na linha daquilo que o Deputado José Guerra havia dito agora que era incentivar o município a intensificar algumas medidas que já havia tomado, estar atento àquilo que viria em breve e que já se começava a imaginar o que é que poderia ser, nomeadamente esta necessidade de massificação de testes, por exemplo, a nível das escolas e era bem provável que se começasse a abrir escolas de pré-escolar, e de 1º ciclo, estas últimas que estavam dentro de um âmbito de intervenção da própria Câmara Municipal e, à semelhança de outros municípios, ser a nossa Câmara Municipal inteiramente envolvida nestes processos que muito provavelmente iriam começar no próximo mês e meio a 2 meses e nesse sentido, o PS revia-se naquilo que estava nesta Recomendação, achando que numa primeira versão havia alguma exigência de medidas que não diziam respeito à Câmara Municipal mas que nesta versão, a filosofia que estava por trás da Recomendação fazia algum sentido. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse ter ficado surpreendido quando tomou conhecimento do documento e parecia-lhe que o Deputado José Guerra andaria um pouco desatento, o que era normal porque se andasse com mais atenção, perceberia o que é que a Câmara e a Proteção Civil haviam feito em termos do Covid-19. Esta situação era deselegante e faltava à verdade porque depois de a Autarquia se ter disponibilizado em fazer o que já tinha feito e ter pavilhões preparados mas vir agora com esta Recomendação para que a Câmara fizesse e exercesse, estava-se a querer que a CMS tomasse o papel do Governo que o Deputado José Guerra apoiava, ou tinha apoiado durante 4 anos,

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

e que nada tinha feito. O Deputado sugeriu que o Deputado do BE tivesse tido o bom senso de retirar este documento e amanhã de manhã ou ainda durante esta noite, o enviasse às suas camaradas de Partido para que estas pudessem fazer esta Recomendação ao Governo porque não se estava em tempo de fazer “polituques” com uma matéria bastante triste e desagradável para os portugueses e que não tinha qualquer dúvida de que se houvesse necessidade de a Câmara Municipal e o seu Gabinete da Proteção Civil fazerem mais, que o fariam mas não poderia substituir-se ao Governo que o Deputado apoiava. Sugeriu que o proponente retirasse o documento porque senão, a bancada do PSD seria obrigada a votar contra porque aquilo que se queria era que fosse reconhecido que até ao momento, a Câmara tinha ido além dos seus limites nesta situação do Covid-19. -----

-----Interveio o **Deputado João Valente** que disse ao Deputado José Guerra que depois de ter lido este documento, havia ficado com a sensação de que o Ministério da Saúde não fazia falta em Sesimbra e já o Deputado Paulo Caetano, também com a indicação de novos postos de testagem, estava desatento porque já tinham sido montados vários cenários com ginásios constantemente a serem preparados para estas questões tinha sido feito um documento com intenção de ser aprovado e perguntou se a Câmara Municipal não tinha já feito tudo o que estava a ser proposto no documento. Disse também que na Quinta do Conde, já tinha sido montado, por duas vezes, o mesmo ginásio para duas questões diferentes e agora era proposto que a CMS viesse fazer testagens, tendo de assumir e questionou o que é que o Ministério da Saúde estava a fazer em Sesimbra. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que o MSU compreendia que esta Recomendação tivesse algumas debilidades mas não achava que o BE tivesse alguma má-fé na forma como tinha elaborado o documento e não viria mal ao Mundo se se tentasse reforçar aquilo que já tinha sido o trabalho da Câmara e que esse seria o único efeito útil que se extrairia desta Recomendação. Para terminar, o Deputado disse concordar que o documento fosse submetido a votação. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que explicou que aquilo que tinha dito na sua intervenção e sido retirado desta Recomendação, havia sido o ter de se recorrer à massificação de testes rápidos. Questionou ainda em que momento do ano passado é que tinha havido massificação de testes rápidos. Disse tratar-se de uma situação nova pela qual ter-se-ia, indubitavelmente, de passar, em ter-se de testar nas escolas, provavelmente numa base semanal ou quinzenal, tanto os docentes, não docentes e alunos. Reconheceu ter havido um grande apoio da CMS e da Proteção Civil na testagem na Quinta do Conde mas estava-se perante uma situação nova e se se quisesse rigor, não bastava estar-se só atentos e era nisso que o PS se revia nesta Recomendação. -----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio o **Presidente da CMS** dizendo que aquilo que se invocava, em termos de planeamento, era aquilo que gostaria que se invocasse, neste caso, ao Governo e à Administração Central para poder colaborar com o município de Sesimbra na resposta áquilo que, a da Câmara se disponibilizara, em substituir-se ao Governo nas responsabilidades que não eram suas, tendo o Executivo Municipal assumido que o faria, discordando muitas das vezes das opções que eram tomadas, das medidas implementadas e do Planeamento projetado. -----

-----Relativamente à Recomendação apresentada, disse que não iria fazer nenhuma proposta de alteração porque a mesma era da responsabilidade dos proponentes e de alguns grupos parlamentares que o entendessem fazer. Referiu que era colocada num *timing* em que se estava num sentido decrescente da situação pandémica no Concelho e no País.-----

-----Em segundo lugar, disse haver uma clara descoordenação do ponto de vista da nomenclatura que era utilizada desde as ADR's (Áreas Dedicadas para Doentes Respiratórios), Centros de Vacinação e de Testagem não se percebendo bem o pretendido. Disse também que Lisboa não havia feito testagem massiva de toda a população e que Cascais o havia feito, na primeira vaga da pandemia e ao obrigo de um acordo com uma Entidade privada mas que no resto do País, os números falavam por si. Disse que não se tratava de um *ranking* e que devido à dificuldade na interpretação de números e de haver números diferentes de Entidade para Entidade, tinha sido opção da Autarquia não os publicar mas que daqueles que eram publicados pela DGS, Sesimbra nunca tinha tido mais caso do que Cascais por ter mais ou menos testagem, independentemente daquilo que estava projetado para o futuro e que nem Cascais, com toda a testagem que tinha alcançara um número de casos tão inferior como Sesimbra e que tinha praticamente o mesmo número pela regra dos seus habitantes nos últimos 14 dias. -----

-----Relativamente à vacinação, uma matéria que tinha vindo a ser publicamente debatida, disse que a CMS já tinha recebido, até do ponto de vista de alguns munícipes, algum descontentamento sobre a forma como estava a ser conduzida a vacinação no concelho e deixou duas notas claras: o próprio havia recebido um contacto do Diretor do ACES-Arrábida a dizer que havia uma necessidade de no dia 8 estar pronto um Centro de Vacinação e que antes dessa semana já a Câmara Municipal de Sesimbra, através do Gabinete Municipal da Proteção Civil tinha feito o levantamento de todos os locais no concelho, passíveis de serem utilizados com os contactos com os proprietários, daqueles que eram também da responsabilidade ou propriedade da Câmara Municipal, todas as necessidades para que pudesse ser implementado, num curto espaço de tempo, Centros de Vacinação em todas as freguesias, inclusive, até avaliando a possibilidade de ter um serviço móvel de vacinação para aquilo que fosse o acesso mais rápido para pessoas que estivessem

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

mais deslocalizadas, nomeadamente ao nível de Freguesia do Castelo.-----

-----Disse também que a CMS havia feito, ainda antes de qualquer indicação por parte da Autoridades de Saúde, o levantamento e a projeção dos locais onde essas pessoas se encontravam, através de um trabalho feito pela Divisão de Habitação e Ação Social, em particular por quem trabalhava com a área dos Estudos demográficos no Concelho de Sesimbra. Disse que estava tudo preparado mas que no dia 8 de fevereiro, a Autarquia tinha recebido um Caderno de encargos que tinha sido seguido à risca e que no espaço de 2 dias, com a Coordenação do Gabinete Municipal de Proteção Civil e a envolvimento de um conjunto de serviços, se havia montado o Centro da Vacinação da Quinta do Conde.-----

-----Referiu que tinha sido questionado o porquê de ser na Quinta do Conde e que, inclusive, já tinham sido identificados outros locais na Quinta do Conde, de dimensão mais reduzida do que o atual Centro de Vacinação, nomeadamente com a Junta de Freguesia e também com algum Movimento Associativo da Quinta do Conde e que havia a necessidade de receber uma média de 200 a 300 de vacinas por dia para que se pudesse, no final de cada 5 dias, ter a totalidade dos 1120 cidadãos da Quinta do Conde, que cumprissem o critério de mais de 80 anos, ou mais de 50 com as doenças identificadas na fase atual dos critérios de vacinação, totalmente vacinados.-----

-----Haveria um Centro de Vacinação em cada um dos municípios do ACES-Arrábida e no caso de Sesimbra, havia sido identificada a Quinta do Conde por ser a freguesia onde estava identificado o maior número de pessoas que reuniam estes critérios, tendo sido esse que o ACES-Arrábida, em articulação com a ARSLVT (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) entendera que deveria ser implementado esse Centro de Vacinação. Disse que na mesma altura, havia tido a oportunidade, ainda antes de ter chegado o Caderno de Encargos sobre a montagem do Centro de Vacinação, de dizer que já estava tudo preparado para as Freguesias do Castelo e Santiago também terem os seus Centros de Vacinação e que gostaria, inclusivamente na freguesia do Castelo, de aproximar mais as pessoas e que seria preferível ter 3 ou 4 Centros de Vacinação, mesmo que isso representasse, para o Município, um maior ónus do ponto de vista logístico e também do ponto de vista também do acompanhamento técnico da operação que era exclusivamente feita por uma equipa de enfermeiros que acompanhava a Autarquia nesta matéria.-----

-----O Presidente acrescentou ainda que na visita ocorrida na segunda-feira, dia 8 por parte dos Técnicos do Agrupamento de Centros de Saúde que iam fazer a vacinação para verificar se estava tudo conforme (boxes, marquesas, zonas de espera, zonas de descanso, trajeto) e que tinha sido avisados, informalmente, os Técnicos do Gabinete Municipal de Proteção Civil que não teria início nessa semana

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

porque havia apenas 100 vacinas para as três freguesias, quando 5 dias antes, a indicação era de que haveram vacinas para 1120 pessoas, não tendo restado outra alternativa, senão telefonar para o Diretor do ACES-Arrábida a pedir esclarecimentos e que a única informação era de que não havia vacinas e que a única opção, seria fazer a segunda toma em alguns dos lares e iniciar-se a vacinação em Forças de Segurança e nas Corporações de Bombeiros. -----

-----Disse que a CMS havia solicitado que não fosse avisada com um ou dois dias de antecedência, o que normalmente acontecia quando havia visitas a Lares, Bombeiros e Forças de Segurança, em que a Câmara dava todo o apoio logístico, tal como o fazia com a equipa de vacinação e qua já havia tido, inclusivamente, a surpresa de ter comunicações às 17h para iniciar no dia seguinte às 9 da manhã, com toda a logística, incluindo refeições e transportes para essa mesma equipa. Disse que não era pela CMS que, neste momento, tinha falhado qualquer necessidade ou tipo de questão que impedisse aquilo que eram as prioridades e as intervenções por parte das Autoridades de Saúde. -----

-----Referiu que depois de alguma insistência, a informação que que a CMS tinha, através das redes sociais, era que na semana passada, já estavam a ser contactados utentes da Junta de Freguesia do Castelo para a vacinação no critério de mais de 80 ou mais de 50 com as doenças associadas incluindo já, algumas tomas de alguns cidadãos e que, obviamente, por Sesimbra ser um meio pequeno, as pessoas perguntavam-se, havendo um Centro de Vacinação criado com uma dimensão solicitada, e que agora começava-se a vacinar na Unidade de Saúde do Castelo, quando é que se começava a vacinar nos outros Centros de Saúde. Disse que depois de alguma insistência, se tinha conseguido obter uma resposta mais próxima daquilo que se poderia considerar um planeamento, ou seja, no entender do ACES, que não era o da Autarquia, e perante o número de pessoas nas Freguesias de Santiago e Castelo que estavam abrangidas por esta fase de prioridades, era suficiente a utilização dos Centros de Saúde e percebia-se o porquê das vacinas serem feitas por Técnicos e sobretudo pelos enfermeiros que estavam nesses Centros sem ter de recorrer à equipa que tinha de andar por três Concelhos, não sendo preciso nenhuma explicação, nem política nem técnica por essa opção e que na passada quarta-feira, iria iniciar-se, a vacinação no Centro de Saúde da Quinta do Conde, e na Unidade de Saúde Familiar Sesimbra. Disse não ser novidade para ninguém, as condições dos nossos Centros de Saúde e no caso de Santiago, a situação era conhecida, motivo pelo qual estava a ser feita uma nova Unidade de Saúde mas que nas freguesias do Castelo e Quinta do Conde, era sabido que devido à pandemia, as pessoas tinha de esperar no exterior e que não havia condições de haver salas de espera e haviam relatos de ser incomportável, as pessoas com chuva, ficarem à porta à espera, com filas de três, quatro, cinco e seis pessoas para serem vacinadas e que a opção da Autarquia

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

não tinha sido essa, pois continuava tudo preparado para que assim que a Saúde o entendesse, os Centros de Vacinação pudessem ser montados, fossem quantos fossem para que existissem vacinas no Concelho. -----Acrescentou que até ao final desta semana, e pela informação que tinha, o processo de vacinação ainda seria muito lento e que este tinha sido o planeamento possível disponibilizado à Câmara Municipal de Sesimbra nesta fase porque restavam algumas vacinas da *Pfizer* que nem sequer estavam a ser utilizadas para os mais de 50 anos e que na próxima semana, já iria iniciar-se a vacinação no Centro de Vacinação na Quinta do Conde porque estava previsto chegar uma quantidade considerável de vacinas da *Astrazeneca*, o que permitiria utilizar os Centros de Vacinação.-----

-----O Presidente disse ainda que tinha sido com surpresa que tinha sido recebida uma carta de conforto e reconhecimento pelo trabalho das Autarquias, do atual Coordenador da *Task Force*, o Almirante Gouveia e Melo, mas que num parágrafo dizia uma coisa que contrariava tudo aquilo que estava a dizer agora.-----

-----Quanto à testagem, disse que a Câmara havia sido confrontada, há poucos dias, por uma informação também da Saúde, que iria existir uma testagem massiva aos profissionais da Educação (professores e auxiliares) das Escolas Públicas do Concelho, e que tinha sido pedida a colaboração da Autarquia para iniciar este processo de testagem. O local previsto era a Escola Secundária de Sampaio, tendo a CMS, como em tudo o resto, iniciado as suas *démarches*, até porque muitas vezes eram precisas pessoas para além daquelas que estavam disponíveis no Gabinete Municipal de Proteção Civil para dar o apoio logístico e devido acompanhamento no preenchimento de formulários, tendo a Câmara sido confrontada por alguns professores sobre a testagem na Escola da Boa Água na Quinta do Conde, e outros que nem sabiam o que se estava a passar. Sem ter tido mais nenhum contacto, a Câmara soubera que era uma testagem sem qualquer controle por parte da CMS e que não se sabia se tinham sido todos testados ou contactados porque a Câmara se tinha posto completamente à margem desse processo. -----

-----Quanto à testagem prevista pelo ACES-Arrábida, admitindo que era o critério que estava a ser utilizado a nível nacional, não haveria uma testagem massiva de haver mais Centros de testagem abertos para poder haver uma testagem com o método de testes antigénio, ou seja, testes mais rápidos e que o que iria acontecer, era que iriam ser identificados empresas, instituições e organizações que tivessem um conjunto significativo de trabalhadores que por esse mesmo conjunto, tinham de ter a figura de Higiene e Segurança no Trabalho na sua estrutura, que seria um Técnico que teria de fazer a “ponte” com as Autoridades de Saúde que iria preencher todos os inquéritos respeitantes a essas mesmas empresas, entidades ou organizações e nessas sim, previa-se que houvesse uma testagem que pudesse ser massiva

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

num dia, que noutra dia iriam para outro lado e que a Autarquia se havia disponibilizado para colaborar nesta matéria, quer no ponto de vista de identificação, do apoio em termos de recursos humanos, a exemplo daquilo que tinha vindo a fazer. Disse não ter sido opção da Câmara, discordando ou não, das opções tomadas a nível nacional, e que não queria de forma alguma, com esta matéria respeitante à pandemia e ao Covid, “fazer política” e que se fosse para o fazer, neste momento teria sido feito um comunicado a dizer que a Câmara Municipal não concordava com o método que estava a ser utilizado na vacinação e que tinha proposto, atempadamente, que fosse outro. Disse não ser isso que estava a ser feito, mas sim sensibilizar e dizer que havia tudo disponível e que se não estava a funcionar, a metodologia que estava a ser aplicada teria de ser alterada porque se havia planeamento nesta matéria, era o planeamento que era feito pela Câmara Municipal de Sesimbra, coordenada pelo Gabinete Municipal de Proteção Civil e que à falta de planeamento do Governo, teria de se ir ajustando, infelizmente, áquilo que eram as decisões quase quotidianas e as circunstâncias que se estava a viver. -----

-----Interveio o **Vereador Francisco Luís** salientando que no que ao Gabinete Municipal da Proteção Civil dizia respeito, essa massificação dos testes estava a ser feita e que se estava a fazer testes 3 a 4 vezes por semana com o apoio muito útil de um enfermeiro da Força Aérea que era também o Comandante, em exercício dos Bombeiros de Sesimbra e que hoje tinha sido dia de fazer testes no CAIES (Centro de Apoio à Incubação de Empresas de Sesimbra), incluindo a Senhora Presidente e as funcionárias da AMS e que à data de hoje, havia 600 funcionários da Câmara Municipal testados com regularidade, nomeadamente nos serviços essenciais e prioritários. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria** com 14 votos contra (12 CDU + 2 PSD), 8 votos a favor (7 PS+ 1 BE) e 2 abstenções do MSU, **rejeitar a Recomendação à Câmara Municipal sobre a situação da pandemia da Doença COVID-19 no Concelho.**-----

-----O Grupo Municipal da CDU apresentou Declaração de Voto que, apesar de solicitada, não foi remetida aos Serviços da Assembleia Municipal. -----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O combate à doença Covid-19 em Sesimbra, tal como em Portugal e no resto do mundo, tem sido longo e fatigante e adivinha-se ainda que se prolongue por tempo indeterminado. -----

-----O Gabinete da Proteção Civil da Câmara Municipal de Sesimbra, sob a responsabilidade do vereador Francisco Luís, eleito pelo PSD, tem assumido, nesta batalha, um papel central, fazendo a ligação entre diversos organismos, disponibilizando meios, organizando os seus recursos humanos e prestando um auxílio





## Assembleia Municipal de Sesimbra

*fundamental a um conjunto de instituições que, neste contexto de pandemia, tem sido particularmente posto à prova.*-----

-----*A bancada do PSD nesta Assembleia, tem acompanhado todo o trabalho do seu vereador, tem plena consciência do esforço que tem sido levado a cabo pela Câmara Municipal de Sesimbra que tem estado sempre atenta às dificuldades por que passam muitos municípios devido à pandemia, assim a CMS reforçou o apoio às famílias em situação de carência alimentar, irá também isentar o pagamento de atividades de apoio familiar entre outras isenções que foram aprovados na reunião extraordinária no passado dia 24 de fevereiro que dão seguimento às medidas tomadas pela autarquia no início da pandemia, pois só quem anda desatento é que afirma e propõe certas recomendações.*-----

-----*A bancada do PSD está contra ao conjunto de declarações de algumas forças políticas, pois do nosso ponto de vista são comportamentos que nos causam estranheza e que são contrários aos procedimentos adotados pela Câmara Municipal de Sesimbra desde o início da pandemia.”*-----

-----A Presidente da AMS prosseguiu os trabalhos com a apresentação de um documento remetido pelo Presidente da CMS no final da manhã de hoje, relativamente a uma **Carta Aberta** com o título **“Pela resolução das acessibilidades e desenvolvimento do Porto de Sesimbra”**, que também tinha sido motivo de apresentação à Comunicação Social, acerca da situação do Porto de Sesimbra e qua a seguir se transcreve:-----

-----*“Exmo. Sr. Primeiro-Ministro*-----

-----*Dr. António Costa*-----

-----*C/C*-----

-----*Exmo. Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação*-----

-----*Exmo. Sr. Ministro do Mar*-----

-----*Exmo. Sr. Ministro do Planeamento*-----

-----*Exma. Sra. Ministra da Coesão Territorial*-----

-----*Exmo. Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas*-----

-----*Exma. Sra. Secretária de Estado das Pescas*-----

-----*Exmo. Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional*-----

-----*Exma. Sra. Secretária de Estado do Turismo*-----

-----*Grupos Parlamentares na Assembleia da República*-----

-----*Área Metropolitana de Lisboa*-----

-----*Docapesca*-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----APSS-----

-----Exmo. Sr. Primeiro-Ministro-----

-----A situação em que o Porto de Sesimbra se encontra, em termos de acessibilidades, é neste momento dramática, pondo em causa todo o setor económico do principal porto de pesca do país e consequentemente do próprio concelho.-----

-----O porto de Sesimbra é o principal e 1º porto de pesca do país em termos de volume de pescado (e nos últimos dois anos, o 2º ao nível do valor de venda), condição que se tem verificado nos últimos anos. Dados relativos ao Porto de Pesca de Sesimbra.-----

-----Ao longo dos últimos anos viu serem criadas melhores condições (apesar de ainda não serem as necessárias), com inúmeros investimentos públicos e privados, que o colocaram, e bem, nesta posição. --

-----Claro que existem uma multiplicidade de fatores que elevaram o Porto de Sesimbra a este patamar, entre outros: os investimentos públicos e privados; o encerramento da Docapesca de Pedrouços; ou o facto de ser um porto bem localizado para as embarcações, visto ser um porto virado a sul e abrigado, quase único em toda a costa portuguesa, potenciando simultaneamente o setor do Turismo, para além da sua atividade principal – a Pesca.-----

-----A modernização e a criação de condições para a transformação do pescado foram também fatores fundamentais para esta emancipação, existindo hoje um conjunto de operadores dentro do porto e em zonas industriais limítrofes que permitem esta alavancagem, incluindo a exportação do pescado comercializado em primeira venda na Docapesca de Sesimbra.-----

-----A grande dificuldade ao longo dos anos, adensada com a valorização e emancipação daquele que é hoje o principal porto de pesca nacional, prende-se com as acessibilidades do mesmo às vias de comunicação existentes.-----

-----O acesso existente não é compatível com a função de grande porto de pesca, na medida em que o mesmo “atravessa” toda a malha urbana da vila de Sesimbra, e a via em questão não reúne nem o perfil, nem as características para o volume de veículos pesados.-----

-----O problema e a situação são de tal forma dramáticas que em dias de chuva (e não é precisa muita) os veículos pesados não conseguem sair do porto, com todos os constrangimentos, quer financeiros, quer de escoamento do pescado que esta situação representa.-----

-----Como referimos anteriormente, a situação adensou-se com um maior número de veículos e particularmente de veículos pesados de transporte de contentores para o Porto de Lisboa, que não conseguindo sair para exportação, também colocam em causa a sustentabilidade do próprio setor.-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A via que se encontra projetada há quase duas décadas (Variante à EN 378 - Porto de Sesimbra»Carrasqueira), e fazendo parte de todos os instrumentos de gestão territorial do concelho de Sesimbra, já teve vários avanços e recuos. -----

-----Num passado muito recente foi incluída nas prioridades rodoviárias das IEVA (à época com um investimento total estimado de 6,5M€) e também no Plano de Investimentos 2015-2020 das Infraestruturas de Portugal SA.-----

-----No entanto, sendo uma via projetada que não faz a ligação direta a nenhuma das principais vias rodoviárias nacionais e, conseqüentemente transnacionais, teima em avançar.”-----

-----Disse depois que a Comissão de Líderes havia sido da opinião de que este documento estivesse hoje presente, dada a importância e, simultaneamente, a oportunidade de o mesmo ser hoje apresentado e remetido no próprio sistema para que a Assembleia Municipal pudesse tomar conhecimento do mesmo, para que pudesse ser subscrito. Referiu que este documento tinha um conjunto de elementos, não só por parte das Entidades Associativas ligadas ao setor mas também um conjunto de Armadores que se tinham associado com a respetiva identificação da sua embarcação. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que a esmagadora maioria das Entidades ligadas à pesca que tinham sido ouvidas no final do ano de 2019 no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Económico se tinham manifestado a favor da absoluta necessidade da Variante Carrasqueira-Porto de Abrigo como uma solução que permitisse um melhor acesso, até para desenvolvimento do próprio Porto de Pesca. Não se compreendia que esta solução ficasse de fora deste Plano de Resiliência.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que perguntou se em termos de procedimentos, haveria algum impedimento desta proposta vir a integrar o referido Plano.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Afonso Pessoa** que cumprimentou todos os presentes e disse que o PS se congratulava por haver cada vez mais pessoas a defender este Projeto da Variante. A necessidade da construção desta alternativa de acesso era uma reivindicação de todos os Sesimbrenses e deveria também ser de todas as forças políticas aqui presentes. Referiu que mais recentemente, desde 2016, tinha havido a sensibilização dos representantes do PS na Assembleia da República, por parte do PS local e também dos membros do Governo, dos quais destacava os contactos realizados, quer com a anterior Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, quer com o atual agora em funções mas também com a atual Secretária de Estado das Pescas, bem como com o anterior. O Deputado disse que o PRR, atendendo a que esta medida não tinha sido implementada em nenhum dos outros mecanismos possíveis de serem

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

utilizados, era a derradeira solução para se poder trazer para o concelho de Sesimbra e para este Porto de Pesca em específico, a dita construção deste acesso que iria alavancar o Porto de Pesca e toda a economia que lhe estava inerente e fazia todo o sentido aproveitar este momento e os sesimbrenses juntarem-se a uma só voz nesta causa, estando o PRR em consulta pública.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que disse que depois de ter ouvido a intervenção do Partido Socialista, dizer que neste momento, isto não era uma proposta da Câmara Municipal e muito menos do PS. Disse que era uma reação, exatamente ao PS, por não ter incluído esta variante naquilo que tinham sido as prioridades identificadas e que lhe fazia um pouco de confusão, esta teoria de que se queria estar de um lado mas também se queria estar do outro e que era perceptível o contexto em que se vivia. O Presidente disse também que a Autarquia gostaria muito mais de não ter tomado esta posição e era sempre preferível e que dos contactos mantidos e reuniões, sobretudo com o Ministro Pedro Nuno Santos, nada faria prever, a não ser que no Quadro do PRR, não fossem identificadas aquela que tinha sido identificada como sendo a solução para fundamentar a implementação das acessibilidades ao Porto de Sesimbra que era a questão de considerar e que o próprio Ministro havia considerado, nesta reunião já realizada há cerca de um ano e meio sobre esta matéria, na qual tinham também estado presentes Organizações de Produtores e que nas palavras do Ministro, era perfeitamente uma área de acolhimento empresarial de uma dimensão aconselhável, que movimentava um conjunto de pequenas, médias e micro empresas que representavam um conjunto significativo de trabalhadores que representavam um Porto importante, senão o mais importante do País em termos de pesca e que havendo disponibilidade financeira nos instrumentos que se aproximavam do ponto de vista da rodovia e sobretudo o que se apontava era para áreas de acolhimento empresarial, enquadrando-se, do ponto de vista dos critérios daquilo que seria a proposta de solução e de resolução definitiva de uma ambição antiga do município de Sesimbra e obviamente, da comunidade ligada não só ao setor da pesca mas todos aqueles que operavam no Porto de Sesimbra.-----

-----Disse que para além desta reunião, a CMS tinha tido também um conjunto de contactos com o atual Ministro do Mar, com o anterior Secretário das Pescas e com a anterior Ministra, não tendo ainda reunido com a atual Secretária das Pescas por a Autarquia ter sido surpreendida pelo *timing* que esta Carta pudesse ser enviada com este cariz público reivindicativo a todos os intervenientes na Coordenação deste processo do PRR porque a consulta pública terminava na segunda-feira. Foi uma surpresa, depois de este conjunto *démarche* e depois de envio, da parte da Câmara Municipal de Sesimbra, de um conjunto de propostas de traçados relativamente à variante onde eram apresentadas duas soluções para além daquela

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que já estava anteriormente consertada, e que uma delas fazia a ligação ao Zambujal sem ter a obra de arte sobre as Covas da Raposa e depois uma ligação secundária à zona industrial do Zambujal ou uma, que para a CMS não seria, de todo, a melhor solução, mas que aproveitava todo o acesso à zona industrial do Zambujal mas que, garantidamente, era melhor do que a solução que se tinha hoje que era nenhuma. --

-----Por outro lado, e respondendo também ao Deputado João Rodrigues disse que a maturidade desta operação era tão ou mais evidente que qualquer outra que estivesse identificada no PRR. Disse que todo o traçado tinha um projeto de execução de 2012, com uma avaliação de impacto ambiental e que havia um troço que, curiosamente, passava na antiga abertura feita na serra no final da década de 80, onde já se perspectivava a realização desta via e em que havia um Parecer desfavorável do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) por uma questão, sobre umas espécies existentes naquela zona e sobre os efeitos que o ruído poderia causar do ponto de vista ambiental. Disse que no passado dia 12 ou 13 de fevereiro, ainda tinha enviado uma missiva ao Ministro das Infraestruturas, reforçando um pouco mais a matéria do PRR, mas sem resposta e que tinha sido com surpresa que no dia 15 se tinha verificado que esta Variante não estava incluída. Disse ser verdade que na última opção das 20 opções do ponto de vista de infraestruturas de elevado valor acrescentado, esta Variante estava considerada no Plano de Investimentos de 2015/2020 das Infraestruturas de Portugal mas que entretanto, em 2018 tinha havido uma atualização deste Plano de Investimentos. Era verdade que ao longo do Plano Nacional de Investimentos 20/30 surgia uma prioridade identificada como Variante à EN378 nos Concelhos do Seixal e Sesimbra mas que não identificava os traçados ou parte deles. -----

-----Por dificuldades técnicas na gravação, não foi possível transcrever a restante intervenção do Presidente da CMS. -----

-----Interveio de novo o **Deputado Afonso Pessoa** para dizer que localmente, o PS também tinha uma voz e que os investimentos para a “nossa terra” também tinham de ser defendidos mas quando o Presidente da Câmara falara dos investimentos do Partido Socialista, o Deputado referiu dois: um que estava em curso e quase finalizado que era a Ponte Cais nº4 e outro que estaria brevemente em curso que seria o Pavilhão de Apoio ao Cerco. -----

-----A **Presidente da AMS** questionou o Deputado sobre o seu sentido de voto relativamente a este documento. -----

-----Começou por intervir o **Deputado Pedro Mesquita** que disse que o voto da Bancada do PS seria favorável. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Valente** que disse que a posição da CDU, relativamente

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

a este documento, seria favorável e que pelo PS Nacional já haviam passado 13 Governos e que não tinham dado avanço a esta Proposta.-----

-----Interveio o **Deputado José Guerra** que disse que o seu voto seria favorável. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que disse que esta posição representava um rude golpe para aquilo que era a Estratégia Nacional para o Mar e era óbvio que o MSU não poderia deixar de votar este documento favoravelmente.-----

-----O **Deputado Lobo da Silva** disse que estavam, nesta Assembleia, alguns Deputados que, possivelmente, não se lembravam do célebre PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e já esta obra constava nos diversos PIDDAC`s. Passados todos estes anos, esta obra estruturante que viria a dar uma imagem diferente de Sesimbra e do nosso Porto de Pesca, continuava por fazer e disse ao Deputado Afonso Pessoa que ainda bem que o PS local tinha uma voz, e lembrou que os seus camaradas do PS na Assembleia da República também um dia haviam dito: *“que aquela Escola Secundária da Quinta do Conde iria ser construída”* e passados todos estes anos, não havia escola. Quanto ao sentido de voto da Bancada do PSD, seria favorável pelo reconhecimento desta atitude por parte do Governo em não incluir esta obra ser inaceitável.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade, subscrever a Carta Aberta “Pela resolução das acessibilidades e desenvolvimento do Porto de Sesimbra”**, enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, datada de 26 de fevereiro de 2021, e subscrita por 6 associações, 7 operadores do setor das pescas, 8 operadores do setor marítimo-turístico e mais de uma centena de armadores.-----

-----O Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----*“O Grupo Municipal do Partido Socialista é conhecedor e tem acompanhado a problemática da acessibilidade ao Porto de Sesimbra.-----*

-----*Os acessos terrestres ao porto de pesca de Sesimbra realizam-se exclusivamente através de uma via rodoviária de carácter fortemente urbano, na qual se impõem atravessamentos de peões, rotundas e cruzamentos, incluindo troços com consideráveis graus de inclinação que resultam da orografia da região. Um acesso com essas características introduz dificuldades muito consideráveis à circulação dos inúmeros veículos pesados que diariamente fazem o transporte do pescado descarregado e transformado no porto de Sesimbra.-----*

-----*As dificuldades na circulação deste transporte são ainda acrescidas no período da primavera e verão, quando a afluência de pessoas e veículos aumenta exponencialmente, com consequência*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*considerável no risco da ocorrência de acidentes com pessoas e bens. Refira-se que parte significativa dessa afluência sazonal corresponde a crianças de escolas e infantários de todo o país, que se deslocam para a praia de Sesimbra. -----*

*-----Também nos períodos de chuva se tem verificado a impossibilidade de realização do transporte de pescado nos veículos pesados de maior porte, usados principalmente na atividade de exportação, uma vez que a forte inclinação existente em vários troços da via que são interrompidos por rotundas, passadiços e cruzamentos, obriga à paragem dessas viaturas, sem que depois seja possível retomarem a sua marcha em segurança. -----*

*-----Face a essa realidade, o Partido Socialista de Sesimbra, reconhecendo que o porto de pesca de Sesimbra, enquanto um dos principais portos de pesca nacionais, o primeiro no que se refere à quantidade de pescado transacionado, no qual operam vários agentes económicos que se dedicam à transformação e congelação de pescado que tem como destino a exportação, merece um investimento em melhores acessibilidades, já em 13 de outubro de 2018, fez aprovar por unanimidade, na sua Comissão Política Concelhia, uma moção intitulada “Pela Construção da Variante ao Porto de Sesimbra”, da qual deu conhecimento ao Governo e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República. ----*

*-----Refira-se que este tema tem sido uma constante nos vários contactos e visitas realizados pelos diferentes decisores políticos a Sesimbra, facto que permitiu que, já no ano de 2020, os Deputados de Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, eleitos pelo Distrito de Setúbal, se tenham mobilizado com sucesso para a inscrição da Variante na versão final no Programa Nacional de Investimentos 2030. -----*

*-----No entanto, não pode o Grupo Municipal do Partido Socialista deixar de estranhar que outros grupos políticos, com assento na Assembleia da República, e que têm garantido o apoio parlamentar ao Governo, face a este tema da Variante ao Porto de Abrigo, não tenham assumido uma atitude igual àquela que foi assumida para problemas semelhantes noutras localidades do Distrito de Setúbal.-----*

*-----Relembre-se que, no final do ano de 2020, em sede de discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2021, o Partido Comunista Português impôs a inscrição de uma verba para a construção de um novo porto de pesca na Trafaria. Não se percebe porque é que esse partido político não deu igual tratamento à problemática da acessibilidade ao Porto de Sesimbra.-----*

*-----Face ao exposto, considerando que urge construir uma alternativa ao acesso rodoviário existente, sob pena do porto de pesca de Sesimbra ver fortemente comprometido o seu normal funcionamento, facto que irá contribuir negativamente para a sustentabilidade do setor da pesca a nível local, regional e nacional;*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Considerando que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) corresponde a um plano de investimentos para todos os portugueses, destinado a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência de Portugal com a Europa ao longo da próxima década, e que se traduz numa oportunidade única de acesso a financiamento para a realização desta obra imprescindível para o Concelho de Sesimbra;*-----

*-----O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a aprovação desta Carta Aberta sobre Variante ao Porto de Abrigo.”-----*

*-----Teve início o “PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”, tendo a Presidente da AMS, lido uma questão enviada pelo Grupo de Cidadãos “Pela saúde de todos / Sesimbra diz não ao aterro ilegal”, e que em sua representação, estava a participar nesta sessão, o munícipe João Albuquerque. A questão enviada foi a seguinte:-----*

*-----“O Grupo de Cidadãos pelo Encerramento do Aterro do Zambujal mostrou-se sempre disponível para ajudar a Câmara Municipal na resolução do problema do aterro, dando continuidade à ótima cooperação que existiu no planeamento da manifestação que realizamos em novembro de 2020.-----*

*-----Nesse sentido enviámos para o gabinete da presidência a 10/12/2020 um email do qual não obtivemos qualquer resposta tal como aconteceu com outras entidades que também não o fizeram entre as quais destacamos a autoridade de saúde local. Estivemos perante o paradoxo de obter informações camararias sobre o aterro apenas por via do jornalista da RTP com quem estivemos a trabalhar.-----*

*-----A comunicação com a Câmara “perdeu-se” e apenas temos obtido respostas diretamente nas redes sociais, o que não nos parece ser o local indicado, pelo que sentimos a necessidade de tomar da palavra em reunião de câmara onde algumas das nossas perguntas ficaram sem resposta.-----*

*-----Assim, e uma vez que é urgente perceber se existe perigo para a saúde pública gostaríamos que a Assembleia Municipal pudesse obter junto do executivo camarário as seguintes respostas:-----*

*-----1) O Sr. Presidente da Câmara anunciou no final do ano estar a diligenciar análises ao Ar como foi pedido pelas populações na manifestação. Anunciou ter contactado duas empresas para o efeito. Ultimamente deu a entender que estas diligências estariam paradas pois estaria agora a aguardar as análises que o ministério publico teria solicitado à APA. Sabe-se que estas análises não existem porque a APA se considerou sem capacidade técnica para as realizar, sendo que esta entidade informou quais as empresas acreditadas, entre as quais estão as duas que a Câmara contactou. Grande parte dos resíduos não inertes indevidamente colocados no aterro estão já identificados nos relatórios das ações inspetivas, pelo que gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente de Câmara se pode confirmar, tal como prometeu aos*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

*cidadãos, se a Câmara irá realizar as análises de forma a tranquilizar o quanto antes as populações, não obstante que as entidades competentes possam também vir a fazer as suas mais tarde? Sim ou não?-----*

*-----2) Sabemos que existem águas tóxicas dentro do aterro até pelo que tem acontecido aos cães aí recolhidos, alguns intoxicados vieram a falecer. Pode a Câmara assumir que irá realizar análises às águas dos poços das redondezas e água da Praia de Ribeiro Cavalo, não obstante também aqui as entidades supra possam vir a fazer as suas, mas tranquilizando assim as populações? Sim ou não?-----*

*-----3) O senhor delegado de saúde nunca nos respondeu, soubemos também apenas por um comentário no Facebook do Sr. Presidente da Câmara que afinal “ele está a tentar algo”. Uma vez que essa informação foi por ele avançada gostaríamos que nos pudesse esclarecer que diligências a autoridade de saúde local está a tomar e as que já fez no passado sobre este problema. -----*

*-----Sabemos que muitas destas ações não competem à Câmara, mas como entidade próxima das populações, tem estado sempre envolvida na resolução do problema, e por esse motivo consideramos que não deve apenas exigir às entidades que foram incompetentes em todo este processo e que pela sua inação deixaram à população de Sesimbra o problema ambiental que temos em mãos. -----*

*-----Era importante que a Assembleia Municipal solicitasse à Câmara que reúna com carácter de urgência com o Sr. Ministro do Ambiente de forma a resolver a questão da remoção dos resíduos e não apenas envie missivas com questões à medida que surgem novos dados sobre o processo. -----*

*-----Gostaríamos de terminar, reforçando uma vez mais a nossa vontade para trabalhar com a Câmara neste assunto, estando disponíveis para o que possam precisar, da forma que considerem mais útil à resolução do problema do aterro do Zambujal. -----*

*-----O Grupo de Cidadãos Encerramento do Aterro do Zambujal”-----*

*-----Interveio o **Presidente da CMS** começando por dizer que algumas destas questões tinham sido levantadas na última Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sesimbra e respondidas também ao cidadão que neste momento estava inscrito, até para acompanhar, em nome do Grupo de Cidadãos pelo Encerramento do Aterro do Zambujal. Disse que as respostas não seriam muito diferentes daquelas que haviam sido evidenciadas na referida reunião mas havia mais algumas questões que gostaria de colocar, deixando para a parte final, as considerações sobre a questão da dificuldade ou da ausência de respostas da Câmara Municipal ou sobretudo, na questão da interação que tinha passado diretamente para as redes sociais. Relativamente ao ofício enviado a 10 de dezembro, disse que o mesmo estava, neste momento, no Gabinete Jurídico da Câmara Municipal de Sesimbra tal como todos os outros sobre esta matéria e que não era o único pedido relativamente aos acessos a todos os documentos referente a este assunto.-----*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que também havia, por parte de empresas ligadas direta ou indiretamente a todo o processo, pedidos de acesso a documentos e que teria de se avaliar quer do ponto de vista do regime da proteção de dados, se seria possível fornecer o acesso aos mesmos. Disse também que os documentos haviam sido formalmente solicitados por um órgão de comunicação social e que a Câmara os havia disponibilizado. Não lhe parecia de todo crível que um grupo de cidadãos, independentemente de toda a informação que era transmitida, sendo pública porque em todas as suas intervenções tinha colocado toda a tónica e sobretudo toda a informação que tinha disponível sobre esta matéria e que também tinha sido toda enviada, num *dossier* compilado pela CMS, ao Ministério Público, tal como era remetida toda a informação que chegava à Autarquia, relativamente à mesma, fosse de Entidades ou de interações com empresas ligadas, sobretudo, à propriedade do próprio Aterro, como era do conhecimento de toda a vereação da Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Em relação às questões colocadas nos pontos 1, 2 e 3, disse já ter respondido à questão relativamente à qualidade do ar, era que este pedido havia sido feito pelo Ministério Público, não à APA mas ao IGAMAOT, a Entidade fiscalizadora, e que informação que tinha era que o próprio IGAMAOT se tinha recusado a fazê-la, invocando que o MP não tinha autoridade sobre aquela tutela, coisa que, no entender do Ministério Público, não seria bem assim porque era uma unidade inspetiva e teria que respeitar aquilo que eram os pedidos e as solicitações do próprio Ministério Público. -----

-----Reconheceu que a afirmação que tinha feito, por altura do Aterro, tinha sido de que a Câmara iria diligenciar também o contacto com algumas empresas do setor no sentido de perceber a possibilidade dos custos e da forma em que poderiam ser conduzidos os estudos para verificação da qualidade do ar na zona do aterro e que o havia dito sem nenhum conhecimento técnico mas que também já havia referido várias vezes, inclusive nas redes sociais, e que da informação e das empresas que tinha conseguido contactar, tinha havido duas respostas, uma de uma Entidade em que a resposta era fazer esta monitorização durante 15 dias e de uma outra Entidade em que a proposta seria fazer esta monitorização durante 365 dias. ----

-----As indicações tinham sido fornecidas a estas Entidades, inclusive partes dos relatórios do IGAMAOT em que era feita referência à tipologia de resíduos que lá se encontravam. Disse que, quer de uma, quer de outra, a informação que se tinha era que não existiam garantias de ter um relatório que efetivamente se conseguisse ter algum objetivo ou conteúdo fidedigno relativamente àquilo que eram as matérias existentes relativamente à qualidade do ar, sobretudo no âmbito da Saúde Pública. Disse ainda que esta diferença de 15 dias para um ano, sobretudo a segunda empresa, tinha exatamente a ver com aquilo que era a necessidade de tornar mais fidedigno possível o relatório, o que não parecia razoável, salvo melhor

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

opinião, de que a CMS pudesse ter algo mais para além de um estudo sobre a qualidade do ar, no prazo de um ano. -----

-----Acrescentou que esta questão tinha a ver com o pormenor de estas análises do ar não se fazerem dentro do próprio aterro. Se estas Entidades conseguissem identificar alguns elementos que compunham os resíduos depositados, seria muito mais fácil conduzir um relatório muito mais fidedigno relativamente à matéria, do que do lado de fora mas a Câmara não podia lá entrar para fazer estes estudos. Parecia-lhe que a única questão que poderia considerar em relação ao ponto 1, seria dizer no Ministério Público que a CMS estaria disponível para colaborar, caso fosse necessário também, do ponto de vista financeiro para recuperar o próprio aterro e repor a legalidade desde que houvesse um enquadramento jurídico e legal para o fazer e que teria de ser do ponto de vista do Tribunal, sendo que a responsabilidade teria de ser sempre das Entidades competentes. Referiu que este caminho poderia ser seguido, para o município poder entrar no aterro para fazer estes estudos da qualidade do ar. -----

-----Relativamente ao ponto 2, disse que esta questão nunca havia sido levantada antes de ter sido colocada pelo representante deste Grupo de Cidadãos na reunião de Câmara realizada á cerca de 15 dias e que da parte da Câmara não havia qualquer tipo de inconveniente relativamente a esta matéria, se bem que, neste caso em apreço, aquilo que seria colocado, era eventualmente a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), entidade que neste caso específico teria condições, porque era quem realizava as análises à qualidade das águas no concelho de Sesimbra e no resto do País. Disse que já havia feito esse contacto com o Presidente da APA para saber se haveria condições para tal. -----

-----Disse também haver questões inultrapassáveis do ponto de vista procedimental mas que a CMS, como pessoa de boa-fé, e os seus representantes, não deveriam pôr em causa nem contrapor resultados de Entidades como o IGAMAOT e a APA, passando uma imagem de que haveria alguma adulteração de dados por parte das Entidades que representavam o País nestas matérias, a não ser que houvesse situações, que por conhecimento próprio, fossem evidenciadas. -----

-----Quanto à terceira questão, disse que a única informação que tinha, de um contacto feito com a Autoridade de Saúde e que tinha vindo à margem de uma conversa relativamente à situação do contexto que se vivia atualmente devido à Covid-19, era que haveriam já contactos com o Ministério Público por parte da Autoridade de Saúde para tentar perceber em que medida, forma e moldes poderia, eventualmente, haver uma intervenção das autoridades públicas de saúde nesta matéria e se haveria alguma necessidade de intervenção do Ministério Público para que pudesse haver entrada, por parte das autoridades dentro do aterro. -----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto às questões colocadas no início, e que não deixavam de fazer algumas referências sobre a comunicação que se perdia e a questão do uso das redes sociais, disse ser uma pessoa que demonstrava alguma resiliência e que se havia coisa que era difícil de gerir, sobretudo quando se estava a falar de um conjunto de cidadãos que representavam um conjunto de outras centenas de cidadãos que queriam ver o seu problema resolvido, era a desinformação, insinuações e às vezes até, associações, relativamente ao Município, invocando a inação e inércia sobre os órgãos autárquicos, tal como já havia sido referido várias vezes. Disse que não se revia, nem política nem pessoalmente nesse papel, para não falar da CMS, quando se colocavam insinuações e dúvidas pelo facto do Presidente da APA ser sesimbrense e que por esse motivo, a família tinha tido uma Pedreira mas não era o contexto nem o momento para se discutir e por isso, levantava dúvidas sobre essa matéria, mas que as pedreiras já nem pertenciam à família e não tinha, neste caso, nenhuma relação privilegiada com o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente e a única coisa que sabia era que eram ambos de Sesimbra e haviam falado três ou quatro vezes por assuntos concretos e que esta desinformação e estas insinuações demonstravam duas coisas: ou demagogia, ou populismo. Disse ser difícil para a CMS, se por um lado era pedido para se ter uma conversa séria e coesa e participativa, por outro lado, também encontrar-se no Grupo de Cidadãos e sobretudo, nalguns dos seus representantes, situações que, eventualmente, divergiam também desta postura que por outro lado se vinha aqui pedir.-----

-----Para finalizar, disse saber que era importante a presença dos cidadãos e sobretudo a criação destes grupos que tinham um cariz orgânico. Era também sabido, podendo ser comprovado pela primeira subscritora desta Carta, com todo o respeito e reconhecimento que tinha por todos os que estavam na linha da frente que estavam também na luta por aquilo que eram as suas melhores condições de vida, que havia pessoas que conhecia melhor que outras. Referiu que a 1ª subscritora da carta enviada à AMS era sua conhecida e que esta pessoa tinha sido uma das primeiras pessoas que o haviam contactado a dizer que a situação era insuportável. -----

-----O Presidente disse que o contacto que tinha feito e a conversa tida com esta cidadã, muito antes da criação deste Grupo de Cidadãos, tinha sido dizer-lhe duas dimensões: a primeira, que era preciso mais músculo popular também para que as coisas fossem colocadas na imprensa, na comunicação social e na praça pública porque a Câmara também se estava a sentir impotente relativamente a essa matéria. Disse também ter lançado o repto de que era preferível que esta manifestação popular não nascesse por iniciativa de nenhum órgão autárquico nem de nenhum Partido Político e que nascesse da génese e da iniciativa genuína das próprias pessoas e ninguém poderia colocar em causa, quando já tinha havido um

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

trabalho profícuo e intensivo das Autarquias Locais sobre esta matéria, que agora a resolução deste problema tivesse na esfera da responsabilidade da Câmara Municipal. Referiu ainda que o foco deveria ser mantido, que concordava plenamente com a questão anteriormente colocada na Moção, compreendia claramente que todos tinham as suas simpatias partidárias, independentemente de se ser cidadãos mais ou menos ligados a estruturas políticas e que também percebia que se estava numa fase próxima de uma ato eleitoral e que havia uma tentativa de algumas aproximações mais políticas e não resistia a não dizer que o comunicado de hoje da Concelhia do Bloco de Esquerda era uma “pérola” e devia perguntar-se o que é que o BE havia feito sobre esta matéria a não ser um comunicado a dizer que a Câmara era corresponsável sobre aquilo que se estava a passar mas era o que se tinha nesta altura. Disse que se se quisesse ter, por um lado, uma atitude participativa e colaborativa entre o município e o Grupo de Cidadãos, seria bom que os representantes, ou parte deles, a tivessem também, pois quanto mais parados, mais difícil se tornava também aquilo que era a força para a resolução deste problema e o foco tinha de ser, rapidamente, poder-se conseguir que os 200.000€ que estavam identificados no orçamento do Fundo Ambiental ainda iriam precisar de um Protocolo celebrado entre o Ministério do Ambiente e a CCDR, ainda antes de qualquer Caderno de Encargos ou qualquer estudo, para que o problema fosse resolvido. Disse ainda que a experiência, a história e as situações que se conheciam do País em situações análogas, eram morosas, dolorosas e era isso que se estava a tentar evitar aqui.-----

-----Tomou do uso da palavra o munícipe **João Albuquerque** que, em relação às questões colocadas, disse terem sido devidamente esclarecidas. Disse ter havido a necessidade de recolocar de novo as mesmas porque na reunião de Câmara, tinha sido dada resposta apenas em relação às análises ao ar e que sobre os poços não tinha sido obtida resposta e hoje tinha sido de novo falado sobre as águas da Praia do Ribeiro de Cavallo mas havia ainda a questão dos poços das redondezas e que se estava a pedir à CMS, o que era ingrato, porque a Câmara era a única Entidade a quem se conseguiam dirigir porque não havia resposta de mais Entidades. Referiu que a CMS havia estado sempre na frente do interesse da resolução do problema do Zambujal e, por estar próxima das populações, podia tomar estas iniciativas que não lhe competiam mas que poderia ser tirada a dúvida sobre se existia, ou não, algum tipo de risco para a Saúde Pública, porque no fundo, era uma parte que as Entidades envolvidas (APA, CCDR, e outros) não estavam a ver. Em relação às análises ao ar, disse que tudo tinha começado pelas análises recebidas pelo IGAMAOT, em que o ar seria de excelência e depois descobriu-se que o ar não era aqui medido. Relativamente às considerações político-partidárias feitas pelo presidente da CMS sobre as motivações deste Grupo de Cidadãos e sobre o próprio, disse considera-las irrelevantes e despropositadas para este assunto e que

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

qualquer um destes cidadãos já se havia comprometido que não iria fazer parte de nenhuma lista autárquica, até para não confundir as questões e que o foco desta questão era o Aterro.-----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que disse que as análises ao ar eram as que se efetuavam no País inteiro, com os medidores fixos da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e não do IGAMAOT. Disse que o Ministério Público solicitava à Entidade fiscalizadora, o IGAMAOT e que também ainda não tinha a informação relativamente à última pergunta colocada ao Ministério Público, que tinha sido dada a conhecer. Sobre a questão da consideração, retificou que não tinha dito que eram interesses partidários e que não importava que as viessem nas listas, o que era perfeitamente legítimo. Salientou que havia dito que, efetivamente, se se queria ter uma postura construtiva, sobretudo dos representantes ou parte dos representantes do Grupo de Cidadãos com a Câmara Municipal de Sesimbra, também era bom que se tivesse essa postura no sentido contrário e não se criassem dúvidas, insinuações, afirmações e desinformação relativamente a esta matéria. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que disse rever-se em muita coisa que havia sido dita pelo Presidente da Câmara e até se solidarizava com a postura que lhe parecia até ser de prudência e de alguma ponderação. Disse que as análises do ar até podiam mostrar que o ar era excelente e não queria dizer que não pudesse cheirar mal, o que era desagradável, mas a excelência tinha a ver com o risco para o ambiente e para a saúde humana e se desse ponto de vista era excelente, provavelmente isso era verdade. Disse que na Carta enviada à Assembleia por este Grupo de Cidadãos, por duas vezes era pedido para tranquilizar as populações de alguma forma. Em relação aos resíduos que tinham sido analisados, e era reconhecido que haviam sido indevidamente colocados no aterro porque não eram inertes, foram classificados como não perigosos, que por definição, não trariam risco para o ambiente nem para a saúde humana e portanto, teria de se tranquilizar as pessoas, não querendo dizer que não houvesse odores ou que não entrassem em combustão mas era muito pouco provável que trouxesse risco para a vida humana, para não dizer impossível. -----

-----Quanto à preocupação em relação aos poços e às águas dos mesmos, disse ser muito pouco provável, dado o contexto em que estava aquela Pedreira e aquele aterro, que as águas subterrâneas nas redondezas tivessem sido afetados nesses poços e não queria dizer que não houvesse alguma contaminação nem interferência com águas subterrâneas mas não nas dos poços que eventualmente pudessem ser utilizados pela população e era muito pouco provável que a saúde humana estivesse em risco por causa desta situação. -----

-----Tomou do uso da palavra o munícipe **João Albuquerque** que disse que este era um aterro de inertes

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

e tinham sido identificados depósitos de não inertes que eram considerados resíduos não perigosos mas os resíduos não perigosos, por serem não inertes, reagem entre si e essas reações podiam originar substâncias gasosas prejudiciais à saúde e a questão era que havia evidências das ações inspetivas de que havia depósitos de substâncias e que tinham sido recolhidas amostras, nomeadamente de uma que surgia várias vezes referenciada como sendo uma substância negra que era bem visível nas imagens aéreas e tinha sido feita uma recolha mas não se encontravam essas análises e por aquilo que se tinha conseguido obter com o jornalista, era que se tratavam de resíduos industriais. Referiu que como nada disto estava documentado por essas análises se terem perdido, poderia haver esse risco mas como se tratava da saúde de cerca de 5.000 pessoas, e mesmo sendo um risco mínimo, deveria ser averiguado para ser um risco nulo.

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que reconheceu não estar à altura da discussão relativamente a esta matéria entre o Deputado Paulo Caetano e o cidadão que intervia na qualidade de representante do Grupo de Cidadãos, tendo de se refugiar nos Técnicos que o acompanhavam por parte do município nesta questão e naqueles que eram consultados fora do ponto de vista jurídico. Disse que quando se falava nesta questão, sobretudo da qualidade do ar e partindo do pressuposto, também com algum suporte técnico e mesmo político, e que da parte da Autarquia, era completamente incompreensível fazer um estudo durante um ano, e nesse caso teria de se fazer um Caderno de Encargos porque o valor apresentado por essa empresa teria que ser consultado, pelo menos, por uma consulta prévia mas aquilo que seria em 15 dias e que tinha sido proposto pela primeira empresa que tinha já um trabalho efetuado sobre esta matérias, tinha um custo de cerca de 6.000€ e esta situação não ocorreria. -----

-----Devido a dificuldades técnicas da gravação, não foi possível transcrever uma parte da intervenção.

-----A terminar, o Presidente disse que se do ponto de vista judicial houvesse a possibilidade da Câmara Municipal entrar no Aterro por via de uma decisão do Ministério Público, o caso mudaria, claramente, de figura porque iria fazer aquilo que o Ministério Público havia pedido ao IGAMAOT para fazer.-----

-----A **Presidente da AMS** deu início em seguida, ao “Período da Ordem do Dia” com o 1º ponto da Ordem de Trabalhos: **“Contrato de concessão de exploração e gestão em regime de concessão de serviço de lugares e parques de estacionamento pago na Vila de Sesimbra – 2ª Modificação objetiva do contrato – Reposição do equilíbrio financeiro.”**-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Pólvora** que cumprimentou todos os presentes e disse ter tentado ler toda a documentação e tinham-lhe saltado algumas questões. A primeira tinha a ver com a diferença do perfil de documentação que era apresentado pela empresa e o que era apresentado pela Câmara. Disse que na documentação da empresa, havia gráficos, números, percentagens, modelos de

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

previsão e referência a estudos da elasticidade da procura e na parte da Autarquia, tinha referências a custos ligeiramente inflacionados que nem sequer eram mensurados de alguma forma e lendo isto, tinha sentido algum desconforto acerca da capacidade do município para efetuar este tipo de negociações quando estava em frente de parceiros tão bem preparados.-----

-----O Deputado disse também, pelo que tinha percebido, que o modelo em causa que servia de base aos cálculos, existia uma margem de prémios esperados, conforme apresentava a proposta, havendo uma componente que não conseguia perceber a origem mas que permitia que o concessionário, apesar de ter subavaliado os custos de funcionamento, conseguisse que a sua recuperação fosse rentável, ou seja, cometeu um erro nos custos de operação mas devido a esta realidade, a sua operação conseguia ser rentável e para si, era um pouco difícil perceber o contexto de rúbricas que desconhecia.-----

-----Outra referência eram também os rendimentos adicionais que a Autarquia iria receber com a implementação do novo sistema de fiscalização que seriam, segundo o estudo, cerca de 160.000€, e olhando para estes dados, e assumindo que a empresa, certamente, estaria a ser cautelosa nas suas previsões, porque acreditava que a empresa queria defender os seus interesses, diria que assim que a Autarquia tivesse a oportunidade de fazer um novo Concurso, ter-se-ia oportunidade de obter melhores condições do que aquelas que se tinha do atual parceiro com que se trabalhava.-----

-----Fez ainda uma nota qualitativa à questão da relação do estacionamento, que era positiva, mas tinha alguns efeitos prenunciosos e devia-se com estes instrumentos, procurar estes efeitos e que pensava nos residentes de Sesimbra, que era um vale, e que para irem comprar o pão diariamente, iam de carro e fazendo contas, se todos os dias pegasse no seu carro para o fazer, pagaria 25 cêntimos de parquímetro todos os dias e 90 euros anuais de parquímetro só para comprar o pão e muitos dias, até se iria mais do que uma vez às compras. Já nem se falava dos residentes da freguesia do Castelo que vinham à Vila ao fim-de-semana comprar o peixe. O Deputado disse que deveria haver aqui uma forma, neste tarifário, como existia em outras localidades da AML, uma preocupação para este tipo de situações, para residentes que procuravam dirigir-se aos serviços de proximidade, ao comércio e não tivessem de pagar mais do que aquilo que já pagavam de outras forma, ao município.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse não se tratar de uma crítica mas que o tempo de intervenção dos cidadãos tinha um horário pré-definido, tal como era sabido, às 22.30h e que no próximo Mandato, valeria a pena pensar que eram os pontos da Ordem do Dia que definiam a agenda de uma reunião/assembleia, o que motivava a marcação, quer de reuniões, quer de assembleias e que os assuntos deviam ser prioritários, ou seja, não estava em causa valorizar mais uns pontos do que outros.

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

Disse que o que acontecia na prática era que às 2.30h da manhã ainda se estava a discutir os assuntos que seriam fundamentais e era importante, futuramente, que se marcasse uma hora para a interrupção do PAOD e início da Ordem do Dia para a discussão dos pontos.-----

-----Relativamente à discussão deste ponto em concreto, disse que não colocava em causa a legitimidade da decisão da Autarquia sobre a prorrogação do prazo da concessão. O Deputado disse que em 2013, tinha sido aprovado um contrato de concessão por 10 anos, que terminaria em 2023. Referiu que com a questão do valor no Edifício do Mar da Califórnia, em 2017, tinha sido prorrogado por mais 4 anos e que com as alterações agora propostas, se estava a prorrogar por mais 4 anos. Esta concessão tinha sido feita por 10 anos mas agora já estava em 19. Referiu que o contrato de concessão que tinha sido feito e aprovado por 10 anos e que hoje ficavam a faltar 11 anos. Disse que no ano de 2011, este contrato tinha um prazo superior ao seu prazo inicial e que isto trazia consequências muito simples, em que o concessionário fazia um investimento inicial e que tinha um retorno a 10 anos, iria estar a utilizar esse investimento inicial por 19 anos, ou seja, tinha o custo inicial abatido e só tinha de fazer a manutenção e era evidente que se houvesse um Concurso ao fim dos 10 anos, a condição dos concorrentes para a Autarquia seria melhor, até porque quem ganhava a primeira concessão, tinha uma vantagem por ter um investimento feito logo inicialmente e, provavelmente, a proposta que este concorrente apresentaria era muito inferior àquela que se tinha hoje e era por esse facto que, analisando as alternativas permitidas pela Lei, a reposição do equilíbrio financeiro não tinha que ser feita, forçosamente, através da revogação do prazo. O Deputado disse que o nº3 do Artigo 282º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 dizia o seguinte: *“A reposição do equilíbrio financeiro produz os seus efeitos desde a data da ocorrência do facto que alterou os pressupostos referidos no número anterior, sendo efetuada, na falta de estipulação contratual, designadamente, através da prorrogação do prazo de execução das prestações ou de vigência do contrato, da revisão de preços ou da assunção, por parte do contraente público, do dever de prestar à contraparte o valor correspondente ao decréscimo das receitas esperadas ou ao agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato”*. Disse que para se ter uma ideia e já não falando daquilo que iria acontecer, que era o aumento da receita por via da fiscalização, era que a receita de 2019 tinha sido de 530.000€ e bastava apenas que, a repartição na renegociação fosse de 50/50, representando um ganho de 53.000€/ano para a Câmara, o que ao fim de 5 anos, daria um total de 275.000€, o que daria para fazer muito investimento. Disse que acrescentar-se mais 9 anos neste contrato, estar-se-ia a perder a oportunidade de ter melhores condições no novo contrato. Referiu que o MSU tinha votado favoravelmente a 1ª prorrogação por ser uma situação excepcional mas que como agora já havia uma segunda prorrogação, já passava a ser natural e

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

questionou quantas mais prorrogações haveria durante os próximos 11 anos. O Deputado deixou o alerta para quem, futuramente, estivesse nesta Assembleia, que em algumas prorrogações, pensasse segunda vez sobre uma prorrogação e não quem estava a estancar esta continuidade do contrato para vir renegociar melhores condições. -----

-----Interveio a **Presidente da AMS** que disse ao Deputado João Rodrigues que, tal como este sabia, uma vez que estava no seu segundo Mandato enquanto Deputado Municipal, qua a Assembleia Municipal tinha de cumprir aquilo que a Lei determinava. Salientou que, tal como a própria Lei descrevia, havia 3 aspetos fundamentais ao nível de uma Assembleia, e que certamente que o Deputado se lembrava, pois tinha acontecido no passado mês de novembro, que atendendo à importância do documento que estava em apreço, nomeadamente as GOP`s, não tinha havido qualquer documento apresentado no PAOD, ainda que alguns grupos políticos tivessem manifestado algum lamento por isso. Também não tinha sido feito nenhum PAOD no mês de novembro por a Ordem de Trabalhos se tratar de debates do IMI, IRS e outros documentos de grande importância que envolviam sempre uma grande discussão, ou seja, tinha havido a precaução de acautelar um conjunto de matérias que, de algum modo, pudessem estar sucintas e pudessem ser abordadas em tempo funcional. Por fim, a Presidente disse que uma das componentes da própria Assembleia era dizer que os Deputados também tinham de se manifestar relativamente áquilo que ocorria no Concelho. Disse que os Deputados sentiam a necessidade de quase justificar as suas posições e que se as Comissões tinham um papel de descentralização de responsabilidade e de apreciação de conteúdo, a AMS tinha dado conta de que era positivo tal acontecer mas que, infelizmente, não retirava, de certo modo, a possibilidade que os Deputados tinham de voltarem a colocar esta matéria. Compreende que o Deputado João Rodrigues não tinha referido esta questão com um sentido crítico mas como um alerta e que a própria não podia deixar de se sentir, como era óbvio, uma corresponsável por este trabalho.

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que acrescentou que tinha havido uma reunião da Comissão “6” há precisamente um mês, na qual todas as bancadas haviam tido a oportunidade de colocar questões ao Presidente da Câmara, discutir sobre essas mesmas questões levantadas e as respostas dadas em sede das suas próprias bancadas com os restantes colegas mas que mesmo assim, havia questões que podiam ficar por esclarecer e, nesta Assembleia Municipal, fazia todo o sentido que continuasse a haver questões às quais o Presidente da Câmara tinha oportunidade para responder. Em relação à reunião da Comissão “6”, o Deputado disse que todas as questões tinham sido esclarecidas e que o Presidente da CMS havia assumido qual a decisão da Câmara Municipal para as várias possibilidades existentes de se proceder a este reequilíbrio financeiro que era obrigatório realizar e que a empresa concessionária tinha

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

direito a pedir este equilíbrio financeiro e que hoje se estava a votar a decisão da CMS.-----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que disse ter sido verificada uma incongruência entre aquilo que era o extrato da parte da ata que interessava e a Proposta de Câmara e que na sua transcrição havia um erro e a sua verificação tivera de ser retificada depois de identificada por membros da Assembleia sobre o crivo da CMS e do próprio. Esclareceu que a exemplo do que havia ocorrido na modificação contratual em 2017, também neste caso, com exceção do equilíbrio financeiro resultante daquilo que tinha sido uma decisão do município de suspensão do pagamento de parquímetros durante o período entre março e final de julho de 2020 e que, estava em vigor também desde a terceira semana de janeiro e que se mantinha ainda em vigor, e quer fosse ainda esta Assembleia Municipal nesta composição ou a próxima, seria mais uma vez confrontada com a reposição do equilíbrio financeiro relativamente a esta decisão tomada pela CMS enquanto durasse o período do estado de emergência. -----

-----Referiu que, tirando a questão de decisão do município de suspensão do pagamento de parquímetros e que resultava da Lei e do CCP do Código de Contratos Públicos, todas as outras questões, fosse a questão da Via Verde, a questão da fiscalização ou a questão do Parque do Calvário por outros motivos, resultavam de propostas da Câmara Municipal ao Concessionário. A primeira, porque a CMS havia entendido que seria preferível que houvesse modalidades de pagamento, nomeadamente a Via Verde, em que o concessionário tinha uma Plataforma própria da empresa. Sabendo o município que neste momento, a partir do dia 01 de janeiro, era responsável, por via da delegação de competências pela fiscalização do estacionamento das zonas urbanas e dentro das localidades, e sabendo o histórico dos últimos anos da recuperação dos Avisos e que apenas 20% conseguiam ser recuperados pela operação em detrimento do próprio município ter de adensar aquilo que eram os seus recursos humanos, particularmente numa zona mais sensível que era a zona tarifada, e onde se incluía o estacionamento de residentes, as chamadas zonas mistas, tendo sido proposto que a própria empresa fizesse o estudo dos encargos que resultaria, somando a operação ou o aumento do prazo de concessão, e que aqui também havia um aumento necessário de recursos humanos que não estava inicialmente previsto no contrato e que tinha sido a Câmara Municipal a solicitar que a própria empresa fizesse este Estudo. Disse que para além disso, havia uma outra compensação e não reposição de equilíbrio financeiro a que a empresa tinha direito, por via de um espaço que estava neste momento no objeto da concessão que era o parque do Calvário, verificar impossibilitar a sua utilização durante o período estimado de 2 anos. A questão de reposição do equilíbrio financeiro só se colocava, efetivamente, no primeiro destes 4 *items* e todos os outros haviam sido propostos e sugeridos pela Câmara Municipal, aliás, dois sugeridos pela Câmara Municipal e outro que resultava das

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

circunstâncias de estar em construção a Unidade de Saúde. -----

-----O Presidente disse ao Deputado João Pólvora que era normal porque tinha sido solicitado pela Câmara que fizesse essa análise à empresa e que a mesma a tivesse apresentado no contexto e no perfil que tinha realizado e que a CMS se tinha limitado a fazer a sua análise que tinha sustentado a sua decisão aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Relativamente às questões dos modelos prenunciosos e dos que iam à praça comprar peixe e que estavam na Freguesia de Santiago e do Castelo, disse que era exatamente por este motivo que a operação do estacionamento tarifado era vantajosa. Acrescentou ainda que a implementação deste conceito tinha sido votada favoravelmente e por unanimidade, nesta Assembleia Municipal, por proposta dos próprios comerciantes e que não tinha havido apenas uma decisão do próprio município. Disse também que era exatamente nesta regulação, sobretudo, de valorização do comércio de proximidade, que se aplicava o sistema de tarifas e de estacionamento tarifado e que era por esta via que se devia incentivar, no caso em que era possível que as pessoas pudessem ir a pé, tal como era o caso do Deputado, e também era verdade que com a operação de transporte público, também era possível que se incentivasse as pessoas a vir de autocarro. Realçou que aquilo que não se queria era que alguém que fosse comprar pão ao Mercado Municipal de Sesimbra, estacionasse junto ao mesmo a pagar 25 cêntimos ou pagasse 2, 3 ou 5€ e lá mantivesse o carro estacionado o dia todo quando mais alguém queria comprar pão e isso é que era a valorização do comércio de proximidade em todas as cidades do Mundo. -----

-----Quanto às questões colocadas pelo Deputado João Rodrigues, o Presidente disse que aquilo que se estava a votar não era uma reposição do equilíbrio financeiro mas sim uma modificação contratual e uma compensação e o estudo realizado pela Autarquia havia sido nesse sentido. Disse ainda que da avaliação da Câmara, ainda se tinha retirado uma proposta da própria empresa que tinha a ver com a alteração do tarifário, tendo resultado esta solução final que tinha sido objeto da deliberação de Câmara e agora também, da Assembleia Municipal, mas não se podia enquadrar no CCP, na reposição do equilíbrio financeiro, aquilo que era uma modificação contratual e que com esta proposta, estava simultaneamente, a ser feita uma revisão do regulamento do trânsito que iria permitir que a empresa pudesse efetuar a fiscalização e que no contrato com a empresa, não estava incluída, sendo agora um novo investimento. O Presidente disse que era possível reduzir o número de anos e compensar a CMS financeiramente, em particular na parte do reequilíbrio financeiro. Disse também ter referido na reunião da Comissão que não era pela receita do estacionamento, que representava cerca de 200.000€, e que 15% desse valor, proveniente do estacionamento junto ao Minipreço, era integralmente entregue à Santa Casa da

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Misericórdia. Disse que não se estava a olhar para a questão do regulamento e do sistema tarifário de estacionamento como uma fonte de receita do município mas sim, a olhar para uma regulação do trânsito que tinha tido constantes melhorias com a implementação desse sistema, quer se gostasse ou não, e com a valorização do comércio de proximidade, o principal impulsionador para que isto fosse fundamental. --

-----Tomou do uso da palavra ao **Deputado João Pólvora** que “agarrou” na última expressão do Presidente da Câmara quando disse que isto aconteceria em todas as cidades do Mundo e respondeu dizendo que o “nosso” Mundo resultava das experiências, da educação, dos amigos, dos livros e das viagens e que o Mundo de cada um de nós era certamente diferente do Mundo do outro e garantiu que neste Mundo e em Portugal, existiam cidades que tinham soluções em que previam, por exemplo, os primeiros quinze minutos de parquímetro fossem gratuitos em certas zonas, para facilitar a vida a quem procurava o comércio de proximidade. -----

-----O **Presidente da CMS** interveio para dizer ao Deputado João Pólvora que provavelmente, o Deputado conhecia muitas cidades em que a circunstância do estacionamento se aplicava. O Presidente disse conhecer algumas também e que se o Deputado tivesse tido alguma reunião com os seus camaradas de Partido relativamente à reunião da comissão “6”, não teria feito algumas das intervenções. Disse que essa era a proposta da Autarquia, não para aqueles que iam comprar pão mas para aqueles que iam para o Centro de Saúde no novo tarifário do Parque do Calvário. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse ter entendido bem aquilo que o Presidente da Câmara havia dito e que, na sua intervenção, tinha querido demonstrar que para quem começava um contrato com 10, acabava com 19 e poderia vir a acabar com 20 ou 25 anos, um dia a Assembleia Municipal poderia vir a ser questionada do porquê de haver uma concessão que durava há 25 anos e essa, era a sua preocupação. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que a metodologia das reuniões de preparação para as sessões teria de ser revista porque todas estas matérias haviam sido debatidas e esclarecidas pelo próprio Presidente da Câmara e neste momento, estava-se a discutir as mesmas matérias. Por este motivo, ou não valia a pena haver reuniões de preparação. O PSD havia ficado esclarecido e estava disponível para votar esta Proposta favoravelmente. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos, deliberou, por **maioria**, com 21 votos a favor (12 CDU + 6 PS + 2 PSD + 1 BE) e 2 votos contra do MSU, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a alteração das condições da Exploração e Gestão, em regime de Concessão de Serviço Público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública da Vila de Sesimbra, nomeadamente

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

procedendo-se à prorrogação do prazo de vigência da concessão por mais 5 anos, como forma de reposição do equilíbrio financeiro do contrato, e à introdução do exercício da atividade de fiscalização pela concessionária, quanto às contraordenações previstas no artigo 71.º do Código da Estrada, nas zonas abrangidas pelo contrato de concessão, seja exercida por trabalhadores da respetiva concessionária, desde que reunidas as condições previstas no Decreto-Lei nº 146/2014 de 09 de outubro, e o Regulamento Municipal de Trânsito seja revisto em conformidade.-----

-----Teve início o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, **“Contratação de empréstimo a curto prazo até ao montante de 2 milhões de euros – condições contratuais”**, tendo sido cedida a palavra ao Coordenador da Comissão “5”, o **Deputado João Rodrigues**, que disse não ter havido necessidade desta Comissão reunir. Relativamente ao assunto, disse que, quem tinha tido a oportunidade de ver os documentos e a carta em que era solicitado o empréstimo aos 7 Bancos, as respostas a este pedido variavam muito, o que não fazia qualquer sentido, pois os prazos de pagamento eram distintos entre Bancos e também não era referida a periodicidade de pagamento, se era mensal, trimestral ou semestral e que segunda a sua forma de ser e de estar, gostava de eficiência, quer nas opções, quer na formalização das coisas. Referiu que na redação da periodicidade de pagamento de juros, 4 dos Bancos haviam referido que era mensal, 2 disseram que era trimestral e 1, aquele que tinha sido mais profissional, havia referido que poderia ser mensal, trimestral, semestral ou no final. O Deputado disse ser evidente que a Euribor, às vezes, tinha taxas negativas mas também era sabido que neste caso, a taxa ficava “0”, e que por isso, os prazos eram indiferentes mas a cultura de trabalho deveria ser feita com a indicação do indexante e da Euribor pretendida, porque a Entidade que pedia o montante sabia qual a taxa que lhe interessava. Relativamente às respostas dos Bancos, um deles tinha dado o *“spread”* em função da Euribor a 1 mês, outro a 3 meses, três dos Bancos tinham dado a 6 meses e os restantes dois Bancos a 12 meses. O Deputado disse ainda que era importante fazer um trabalho bem feito que seria fazer uma carta como deve de ser a pedir e a formalizar as coisas. Disse que a CMS sabia muito bem aquilo que queria porque no Relatório de Análise das Propostas era referido que o pagamento mensal, dos juros e postecipadamente, periodizado e adequado à gestão de Tesouraria do Município.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que disse que se estava a falar de um contrato de empréstimo que tinha de ser totalmente liquidado com juros durante o prazo de um ano, se fosse para utilizar e era prática, todos os anos, e que teria de ser objeto de Visto do Tribunal de Contas, tendo de ser escrutinado sob toda a sua tramitação processual. Disse também que neste momento, e esta era a sua opinião pessoal, face à oscilação dos preços de mercado era tão válido que *“quem não pede o que quer,*

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*está sujeito a ter aquilo que não quer*”, como poderia também ser o seu contrário e que se fosse pedido de forma diferente, poder-se ia ter algumas surpresas, ou seja, nada garantia que se o empréstimo fosse pedido com um juro a 3 meses com determinadas características com carência tal, que não houvesse uma proposta do ponto de vista de outro prazo das taxas Euribor que não pudessem ser até mais vantajosas.

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido** que cumprimentou todos os presentes e disse que, fruto da boa gestão financeira que tinha sido feita no município, a CMS tinha conseguido “*spreads*” excepcionais, tal como o Deputado João Rodrigues tinha acabado de dizer. Referiu que tinha sido feito, há pouco tempo, um empréstimo a 8 anos, de 1.380.000€ com um “*spread*” de 0,28% e que agora, passados alguns meses, se tinha conseguido reduzir essa mesma taxa quase para 1/3. Disse ainda que a Entidade *Millenium BCP* havia isentado a Autarquia de qualquer tipo de comissão e que das 7 Entidades, três delas haviam respondido com um “*spread*” de 0,1%, duas delas com comissões (uma de montagem de operação e outra com montagem de organização), tendo ficado automaticamente excluídas porque o BCP não havia apresentado qualquer tipo de comissões. Disse também que a Caixa de Crédito Agrícola tinha ficado classificada em 4º lugar e que também havia apresentado um “*spread*” de 0,13%. O 5º classificado apresentara um “*spread*” de 0,289%, o 6º de 1% e que o valor mais elevado havia sido de 1,25%.-----

-----O Vereador disse que com 2 milhões de euros com esta taxa de juro, aquilo que iria ser pago seria em função do valor utilizado e que se estava perante uma almofada financeira, em caso de necessidade, para que muitas das obras não parassem e para fazer frente, também, a algumas situações, nomeadamente o Covid-19, porque se falava muito dos Planos de Vacinação, entre outros, mas que quem se tinha “chegado à frente” tinha sido a Câmara Municipal. Também muitos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI`s) estavam a ser entregues nas IPSS`s, bem como a alimentação às famílias mais carenciadas.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Pedro Mesquita** que disse que o voto da bancada do PS seria favorável.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos, autorizou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, a **contratação do empréstimo bancário de curto prazo, até 2 milhões de Euros (dois milhões de euros), junto do Banco Millennium BCP, nas condições constantes do relatório de análise de propostas:**-----

- 1. Finalidade: Apoio de Tesouraria;-----
- 2. Montante: até 2.000.000 Euros;-----
- 3. Natureza do Empréstimo: Modalidade de Conta Corrente Cauçionada;-----
- 4. Prazo: Até 31.12.2021;-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

- 5. Utilização: De acordo com pedidos escritos do Município;-----
- 6. Taxa de juro: Euribor a 180 dias + spread a 0,10%;-----
- Quando da aplicação das regras convencionadas resultar que a componente variável da Taxa de juro (o “indexante”) é negativa, considera-se que a mesma corresponde a 0% (zero por cento) sendo a Taxa de juro aplicável determinada pela adição a este valor da componente fixa da Taxa de juro, ou seja, da margem (spread) definida, correspondendo esta ao valor acordado que corresponde refletir o risco associado à operação de crédito tal como foi avaliado no momento da respetiva contratação.-----
- A European Interbank Offered Rate em vigor no início de cada período de contagem de juros, com arredondamento à milésima, sendo tal arredondamento feito por excesso quando a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco e por defeito quando a quarta casa decimal for inferior a cinco acrescida de uma margem/ (spread).-----
- 7. Pagamento de juros: Postecipadamente, com periodicidade mensal, calculados dia a dia tomando como base um ano de 360 dias e o número real de dias decorrido desde o início do período de contagem de juros;-----
- 8. Reembolso de Capital: O capital terá de estar totalmente reembolsado até 31.12.2021;-----
- 9. Colaterais: Sem garantias;-----
- 10. Comissões: Comissão de Gestão: Isento.-----
- Comissão de Organização: Isento.-----
- Comissão de Alteração Contratual: Isento.-----
- Comissão de Imobilização: Isento.-----
- 11. Validade da proposta: 60 dias, a contar da data da proposta enviada em 04/02/2021.”-----
- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----
- Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram três horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de fevereiro de 2021.-----
- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.-----

Ata nº 42 – Mandato 2017-2021